



Número: **0800863-57.2019.8.20.5131**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São Miguel**

Última distribuição : **23/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.864,68**

Processo referência: **0000944-24.2007.8.20.0131**

Assuntos: **Extinção da Execução**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO (EXEQUENTE)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47276680	23/07/2019 17:49	Petição	Petição
47277622	23/07/2019 17:49	INICIAL	Ato Administrativo
47278267	23/07/2019 17:49	SENTENÇA	Ato Administrativo
47277717	23/07/2019 17:49	ACÓRDÃO-5-24 compressed	Ato Administrativo
47278009	23/07/2019 17:49	TRÂNSITO EM JULGADO	Ato Administrativo
47278057	23/07/2019 17:49	depósito realizado	Ato Administrativo
47278104	23/07/2019 17:49	PROCURAÇÃO	Procuração
47278144	23/07/2019 17:49	PROCURAÇÃO SEGURADORA	Procuração
47278170	23/07/2019 17:49	CONTESTAÇÃO	Ato Administrativo
47278330	23/07/2019 17:49	DOC. PESSOAL	Ato Administrativo
47279471	23/07/2019 17:49	Execução / Cumprimento de Sentença	Execução / Cumprimento de Sentença
47279508	23/07/2019 17:49	Execução - fco das chagas	Ato Administrativo
47279577	23/07/2019 17:49	Petição Inicial	Petição Inicial
47279601	23/07/2019 17:49	INICIAL	Outros documentos
48739395	11/09/2019 16:07	Despacho	Despacho
49821311	14/10/2019 21:52	Petição	Petição

Em anexo.



Excelentíssimo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito do VARA CÍVEL da Comarca de SÃO MIGUEL- RN.

- PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

- SÚMULA 257 DO STJ:

“– A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização “

-PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG Nº. 2.351.463-92 SSP-RN e CPF Nº.876.068.104-78, residente e domiciliado no Sítio Pau Branco, Nº. 18, nesta cidade de São Miguel – RN, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo ser intimado na Rua Delmiro Gouveia, nº 97, São José, nesta cidade de Campina Grande/PB, vem perante V.Exa., ajuizar a presente

ACÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS
(RECEBIMENTO SEGURO DPVAT)

Em face da BRADESCO SEGURADORA SA, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Barão de Itaparica n. 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, Cep- 20.969.9000, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO,

Diante da situação em que se encontra a promovente, requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição



inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

-EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O autor era pai do extinto, JOSÉ JACOB DE CARVALHO vítima de acidente automobilístico, fato ocorrido no dia **28 de outubro de 1991**.

No Boletim de ocorrência de Nº 028/2007, consta que a vítima conduzia uma motocicleta, na RN – 177, que liga a cidade de Coronel João Pessoa a São Miguel, quando ao bater em uma pedra que havia na via, perdeu o controle do veículo, vindo a cair no chão, que em decorrência do acidente a vítima faleceu no local do sinistro. sendo que, informa a promovente que não tem meios de anexar aos autos, cópia do DUT, do veículo causador do sinistro.

Na CERTIDÃO DE ÓBITO, Nº. 0242, livro: Nº C - 019. , folhas: 0586, lemos:

*“... JOSÉ JACOB DE CARVALHO, residente no Sítio Pau Branco, Nº. 18, nesta cidade de São Miguel - RN com 26 anos, falecido aos vinte e oito de outubro de mi, noventa e um (28/10/1991), às 02 horas... do sexo masculino, agricultor solteiro ... filho de ***** FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO e de MARIA DE FREITAS CARVALHO...”*

...deu como causa morte: ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Grifamos. Documento acostado aos autos.

O Autor requereu junto a seguradora, por via administrativa, o seguro DPVAT , sendo que até a presente data, a mesma, continua inerte.

Importante frisar o que orienta a SÚMULA 229 DO STJ:

“ O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO TENHA CIÊNCIA DA DECISÃO.#

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74,

art. 5º, preceitua que:

Scanned by CamScanner



"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Grifo nosso

O art. 7º da Lei n. 8.441/92, determina que o pagamento do DPVAT, poderá ser efetuado junto a **quaisquer** uma, das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras coordenadas pela FENASEG.

Acontece que as seguradoras que exploram o ramo DPVAT, em nosso país, obedecendo Circular n. 050/2000, não liquidam o seguro obrigatório, via administrativa, quando a parte beneficiária, não apresentar o DUT, referente ao exercício do acidente devidamente quitado.

Torna-se oportuno ressaltar, ao contrário do determinado pela Circular infracitada, a Lei n. 6.194/94, determina o pagamento do DPVAT, bastando apenas á **ocorrência do acidente**, abolindo até mesmo qualquer franquia por parte do segurador.

Na verdade, o seguro DPVAT, perdeu o seu cunho social assistencial, para os interesses ambiciosos, macro financeiro das grandes empresas, com respaldo de resoluções, circulares e normas administrativas editadas em proveito próprio, ferem a lei em detrimento de seus interesses.

O art. 7º da Lei Nº 8.441/92, determina que logo após a entrega dos documentos a seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para liquidar o seguro, bem como, o seguro poderá ser requerido junto a quaisquer das seguradoras que façam parte das conveniadas, convencidas de que não tem mais a quem procurar, pois na via administrativa não logrou êxito, a parte autora busca a via jurisdicional.

-DO DANO MATERIAL:

Para dissipar quaisquer dúvidas quanto a incidência de juros e da correção monetária, o Superior Tribunal de Justiça, através da à Súmula 54, assim tem decidido:

"Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extra contratual".

Como se infere na Súmula, os juros, bem como a incidência da correção devem fluir a partir do evento danoso, visto que, não existe qualquer tipo de contrato entre a parte promovente e a Seguradora Ré.

"APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – VALOR DA INDENIZAÇÃO – CORREÇÃO MONETÁRIA- JUROS. A correção incide desde a data do evento- coetânea com a do prejuízo, e os juros deste a data do evento danoso por se tratar de responsabilidade legal e extracontratual. Precedentes desta Corte e Súmula n. 54 do STJ. Apelos parcialmente providos (TJRS – APC 70000631473- 1º C. Civ. Esp – Rel. Des. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano – J. 28/12/2000). " - grifamos

Scanned by CamScanner



-DO DIREITO:

Reza a presente Súmula 124 do TRF, ao afirmar que:

"Prescreve em 20 anos em Ação do Beneficiário, ou, do terceiro sub-rogado nos direitos destes, fundado no Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil".- grifamos

Também, é cediço e corriqueiro de que o valor do seguro DPVAT, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, deve ser pago na forma estabelecida na Lei nº 6.194/74, que fixa o pagamento, no CASO DE MORTE, o valor integral de 40 (quarenta) salários mínimos.

Assim dispõe o ART. 3º, alínea "a" da referida Lei:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte;" - grifamos

Ainda, preceitua o textualmente art. 5º da Lei n. 8.441/92 o seguinte:

"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

Insta ressaltar que a Lei 8.441/92, alterou apenas o § 1º, a, § 3º, §4º e § 5º da Lei 6.194/74. Mais uma vez, não alterou o caput do referente art. 5º.

A Súmula Nº 257 do STJ aduz que:

"257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".

No caso vertente, o Direito a percepção do seguro é devido, tomando como base o Art. 5º da Lei n. 6.194/74, sendo devido ao(a) Autor(a) a importância de 40 (quarenta) salários mínimos, como forma de indenização referente a morte do extinto.

Ora Douto Julgador, o Código Civil Brasileiro, em preceitua o seguinte:

"Art. 186 do CC – AQUELE QUE, POR AÇÃO OU OMISSÃO VOLUNTÁRIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPRUDÊNCIA VIOLAR DIREITO E CAUSAR DANO A

Scanned by CamScanner



Acontece Douto Julgador, com a edição das Leis 6.205/1978 e 6.423/1977, aquela estabelecendo a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária (arts. 1º e 2º) e esta última, determinando a variação nominal da Obrigação de Tesouro Nacional- OTN como base para correção monetária(art. 1º). Passaram as seguradoras a advogar a derrogação do art. 3º da Lei n. 6.194/74, e ainda que a norma não teria sido recepcionada pela Constituição Federal de 1988, com objetivo de locupletar-se em detrimento dos menos favorecidos.

-DA JURISPRUDÊNCIA:

Neste sentido decidiu, recentemente a 4ª TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no Recurso Especial, 2002/0176396-7, datada no DJ 29/09/2003, que teve como MINISTRO RELATOR SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA:

16150495 – CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO SEM SEGURO – EVENTO ANTERIOR À LEI Nº 8.441/92 – IRRELEVÂNCIA – RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA – PRECEDENTES – RECURSO PROVIDO

Mesmo nos acidentes ocorridos anteriormente à modificação da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441/92, a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. (STJ – RESP 337083 – SP – 4ª T. – Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira – DJU 18.02.2002 – p. 00459)

O 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Campina Grande/PB, através do juiz RUY JANDER TEIXEIRA DA ROCHA, em processo de nº 001.2003.002.564-5 assim similar proferiu sentença, cuja EMENTA é:

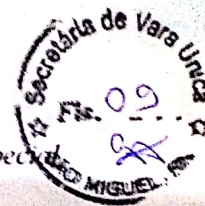
“AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – MORTE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS PROVAS EXIGIDAS POR LEI ESPECÍFICA – SUPRIMENTO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO VAZADA NA CERTIDÃO DE ÓBITO E DA CERTIDÃO DE MÉDICO LEGISTA – COMPROVAÇÃO – PROCEDÊNCIA”.

Nos casos de ação de cobrança referente à indenização decorrente de acidente de trânsito com vítima fatal, cuja autora é única herdeira desta, e apresenta Certidão de Óbito e Certidão Hospitalar formulada por médico legista, que coexistem indicando a mesma causa mortis, justo porque é impossível haver as provas exigidas pelo artigo 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, ainda mais por tal regra não ser absoluta, considera-se suprida esta carência pela oficialidade e idoneidade das provas apresentadas”. - grifamos

Em recente decisão, o Egrégio Colégio Recursal do Estado do Pernambuco, seguindo as demais decisões proferidas pelos nossos Tribunais Superiores, exauriu o seguinte Acórdão:

Scanned by CamScanner





Processo: 0462001000219-7

Recurso – Apelação Cível nº CV-201388- Juizado Especial
Cível Solânea-PB

Relator: Juiz Jose Guedes Cavalcanti Neto

Recorrente: Itai Seguros

Advogado: Bel. Manuel Cabral de Andrade Neto.

Recorrida: Maria Jose dos Santos.

Advogado: Dr. Wamberto Balbino Sales

**Ementa: “ACÃO DE COBRANCA DE DIFERENCA DE
INDENIZAÇÃO –DPVAT- SEGURO OBRIGATÓRIO DE
AUTOMÓVEL -PEDIDO FEITO COM BASE NO SALÁRIO
MÍNIMO- INCONSTITUCIONALIDADE –
INOCORRÊNCIA - QUITAÇÃO GENÉRICA -
INEXISTÊNCIA DE ÔBICE PARA COBRANCA DA
DIFERENCA - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE
MORA - INCIDÊNCIA A PARTIR DO SINISTRO E DA
MORA - PROCEDÊNCIA – IMPROVIMENTO DO
RECURSO”**

A Promovente está convicta que não tem mais a quem buscar, a Requerida demonstra de forma inequívoca que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT na forma administrativa e não encontrado outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio c/c no art. 3º, alínea “a” e 5º, ambos da Lei nº 6.194/74 e, requerer a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a Requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, equivalente hoje a RS 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), referente à indenização por morte - seguro (DPVAT) do extinto, ocasionado por acidente automobilístico, requerendo ainda o seguinte:

1 - Seja citado a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão. **Citação com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, através de AR- (Correios e Telégrafos);**

2 - Seja designada audiência de conciliação, instrução de julgamento;

3 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais e testemunhais que serão apresentadas independentemente de intimação;

4- Pelo fato do fato em tela tratar-se de matéria eminentemente de Direito, com fundamento no art. 330 do CPC, requer o julgamento antecipado da lide;

Scanned by CamScanner



5- Que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determina a Sumula 54 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;

6- Requer a devida atualização dos valores da condenação obedecendo ao art. 5º, 1º da Lei nº 6.194/74, onde reza que o *quantum* da indenização deverá ser correspondente ao valor de 40 (quarenta salários) vigentes na época da liquidação da sentença, onde a mesma se dá com o proferimento da sentença;

7- Requer ainda a parte autora que caso a parte demandada não pague o valor da condenação no prazo legal de 15 (quinze) dias, passe a incidir, sobre o quanto, a multa de 10% (dez por cento), como determina o art.475, J, do CPC.

Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art.2º da Lei nº 1060/50.

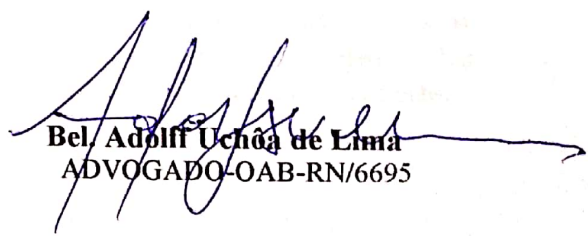
Dá-se a presente causa o valor de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais) para efeitos meramente fiscais.

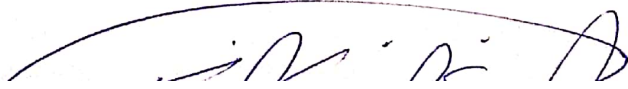
Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

São Miguel/RN, em 06 de Agosto de 2007.


Bel. Wamberto Balbino Sales.
ADVOGADO OAB-PB/6846


Bel. Adolfo Uchoa de Lima
ADVOGADO OAB-RN/6695



Scanned by CamScanner



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE SÃO
MIGUEL - RN



Processo n.º 131070009449

BRADESCO SEGUROS S/A, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**, promovido por FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro no art.300, do CPC, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS

Em sua inicial, a autora alega que na data de **28/10/1991**, perdeu seu filho, vítima de acidente de trânsito.

Scanned by CamScanner





Ressalta-se que o autor OMITE que já houve o recebimento do valor de CR\$ 968.878,74, pela Sra. MARIA DE FREITAS CARVALHO, referente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT.

Face ao exposto ajuizou a presente ação requerendo a condenação da ré ao pagamento de 40 salários mínimos, o qual ainda **alega** fazer jus.

DA INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT vem requerer a V.Exa. se digne admiti-la como litisconsorte nestes autos, com base nos fundamentos articulados a seguir.

A Resolução do CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados n.º 154/2006, no art. 5º do seu Anexo, estabelece o seguinte:

“Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

...

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no *caput* deste artigo.

...

§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

Scanned by CamScanner





Percebe-se que a atuação das Seguradoras no seguro obrigatório DPVAT se dá através de Consórcios, criados com a finalidade de executar todas as operações relativas ao pagamento da indenização prevista na Lei 6.194/74.

Com a Resolução CNSP n.º 154/2006, permitiu-se que os Consórcios fossem operados por uma Seguradora Líder, especializada em seguro DPVAT. Para isso foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Transcreve-se o art. 2º da Portaria SUSEP n.º 2.797/2007:

"Art. 2º Ratificar que a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º da Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006."

A Seguradora Líder é a responsável pelos pagamentos das indenizações decorrentes do seguro obrigatório – DPVAT, motivo pelo qual sua admissão como litisconsorte representa mais praticidade no cumprimento da obrigação, caso o pedido inicial seja julgado procedente.

Ante o exposto, vem requerer a V.Exa se digne determinar a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no pólo passivo desta demanda.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Decreto-lei n.º 73 de 21 de novembro de 1966 dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados neste país. Conforme o art. 36 do referido Decreto-lei, compete à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados ser o órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras.

Scanned by CamScanner



De acordo com o artigo 5º da Lei 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (Seguro DPVAT), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11482/07:



Art. 5º – o pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º – (...)

a) certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário – no caso de morte;

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais. (grifos nossos)

Sendo assim, verifica-se que os documentos básicos (e necessários) para a propositura da ação de cobrança do Seguro Obrigatório são:

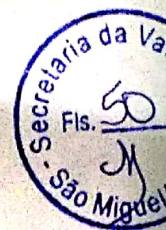
BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) e/ou;
BOLETIM DE REGISTRO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO (BRAT);
CERTIDÃO DE ÓBITO;
CERTIDÃO DE CASAMENTO (caso haja)
e/ou;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO.

Ademais, é entendimento unânime deste Tribunal, que são indispensáveis a propositura da ação de cobrança do Seguro DPVAT os seguintes documentos: - Apresentação da via original do Boletim de Ocorrência ou Certidão do corpo de bombeiros, - Prontuário médico e laudo médico oficial especificando a lesão sofrida e a extensão da

ATA

Scanned by CamScanner





o pleito inicial por falta de prova do acidente de trânsito objeto da lide. Em seu recurso pretende os autores a reforma da sentença, fazendo a juntada do atestado de óbito de sua mãe e o boletim de ocorrência. O recurso foi contrariado. Este, em síntese, o relatório.

A questão é singela e não comporta maiores questionamentos. Ao propor a presente ação, deveriam os autores instruir a inicial com os documentos indispensáveis para comprovar a veracidade dos fatos alegados, na forma do art. 283 e 396 do CPC. No caso, a recorrente só veio a fazer prova do alegado ao interpor o presente recurso, ou seja, após encerrada a fase de instrução. Assim, correta a r. sentença em que a d. magistada deu adequada solução à lide, integrando sua fundamentação, como razões de decidir, a presente, na forma regimental. Com estas considerações, utilizando-me do disposto no art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO pela sua manifesta improcedência.

Diante do exposto, caso seja comprovada a falta de documentos obrigatórios, impõe-se ao D. Magistrado o indeferimento da petição inicial, com fulcro nos artigos supracitados, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, bem como a condenação do demandante nas custas e honorários de advogado.

NO MÉRITO:

Inicialmente cumpre esclarecer que o seguro DPVAT tem como finalidade amparar as vítimas de acidente de trânsito, e não ressarcir a vítima de todos os prejuízos que sofreu.

No rumo deste entendimento, é necessário frisar que o valor requerido não condiz com o valor real que deveria receber.

Scanned by CamScanner



DO LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA



Estabelecida a competência do CNSP para regulamentar o seguro obrigatório – DPVAT, inclusive definindo os valores das indenizações para tal fim, passa-se à descrição do valor já pago à parte autora.

A indenização recebida pela parte autora foi paga em conformidade com a Resolução CNSP n.º 31/89, que arbitrou a indenização, para o caso de morte em CR\$ 246.403,52.

Não há que se falar em pagamento no valor equivalente a 40 salários mínimos, eis que tal quantia não leva em consideração a indissociável relação prêmio-indenização, basilar em se tratando de contrato de seguro.

O pagamento administrativo foi, por conseguinte, feito em escorreita observância à legislação aplicável ao seguro obrigatório, haja vista que, como se verá adiante, o salário mínimo não pode ser vinculado ao pagamento de qualquer indenização, seja para qualquer fim.

É de se salientar, inclusive, que a Lei 11.482/07, reconhecendo a impropriedade de se vincular uma indenização ao salário mínimo, passou a determinar que as indenizações fossem pagas em valor certo, fixado em moeda corrente, nos valores ali discriminados.

Diante do que foi argumentado, pede a ré seja cumprido o valor indenizatório descrito na **Resolução n.º 31/89, que arbitrou a indenização, para o caso de morte em CR\$ 246.403,52.**

Entretanto, caso este r. Juízo entenda que deve ser aplicado o valor previsto na redação original da Lei 6.194/74, qual seja, de 40 salários mínimos, que seja utilizado como parâmetro o salário vigente na data do pagamento administrativo.

Scanned by CamScanner



DA IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA



Ao contrário do que propõe a parte autora, não deve-se utilizar o salário mínimo como fator de atualização monetária, de acordo com as Leis n.º 6.205/75 e 6.423/77.

Merece destaque a redação do art. 1º da Lei n.º 6.205/75, assinale-se, EDITADA POSTERIORMENTE à Lei n.º 6.194/74, e que veda a adoção do salário mínimo como base de cálculo:

"Art. 1º. Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito".

Outrossim, o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal de 1988 igualmente proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Cumprе ressaltar, diante do que foi exposto, que a indenização fixada com base no salário mínimo foi revogada tanto pela Constituição Federal quanto por leis posteriores que cuidaram de excluir o salário mínimo como fator de correção monetária.

Tanto é assim que a Lei 11.482/07, que modificou a Lei 6.194/74, estabelece valores indenizatórios em moeda corrente, reconhecendo a temeridade de vincular uma indenização securitária em salários mínimos.

Por tudo que foi anteriormente argumentado, vem a parte ré aduzir mais uma vez que os valores pagos administrativamente pelas Seguradoras com

Scanned by CamScanner



base nas Resoluções do CNSP são feitos em estrito cumprimento às normas legais.



DA EVENTUAL DIFERENÇA

A ré, como amplamente exposto anteriormente, sustenta que deve prevalecer o valor pago administrativamente. Não obstante, caso não seja esse o entendimento deste r. Juízo, espera-se que a quantia a ser deferida à parte autora respeite a forma de cálculo a seguir.

Insta salientar que, mesmo aplicando a Lei 6.194/74 e o valor indenizatório ali previsto, a correção monetária jamais poderia ser feita pelo salário mínimo.

Por isso é que vem a parte ré sustentar que deve-se converter eventual diferença para o salário mínimo da época do pagamento administrativo, para aí sim incidir a correção monetária pelos índices oficiais deste Tribunal de Justiça.

No dia 23/06/1992, a Seguradora pagou a quantia de CR\$ 968.878,74. Naquela data, o salário mínimo em vigor correspondia a CR\$ 230.000,00, sendo certo que 40 salários mínimos equivaliam a CR\$ 9.200.000,00.

Logo, eventual diferença deve ser arbitrada em CR\$ 8.231.121, com acréscimo de correção monetária a partir do ajuizamento e juros de mora desde a citação.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, vem requerer a V.Exa.:

- a inclusão da Seguradora Líder no pólo passivo da demanda;

Scanned by CamScanner





- o acolhimento da preliminar arguida, sendo extinto o processo, com base nos fundamentos arguidos;
- ou caso assim Vossa Excelência não entenda, o que não se espera, sejam os pedidos iniciais julgados totalmente improcedentes, face os argumentos levantados na presente peça de defesa, sendo considerada a tese da ré no caso de eventual condenação.

Requer ainda a produção de todo gênero de provas admitido em direito, salientando que aquelas em benefício da parte autora, deverão por esta ser custeadas.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São Miguel, 02 de dezembro de 2008.

Assinado eletronicamente por: Kelly Maria Medeiros do Nascimento
Advogado
OAB/RN - 7731

26/11/2008 14:50:44

Regadata Computadores
Dados Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DPV0107 *** CONSULTA POR AUTOMOTOR ADMINISTRADO **** VD68 / DPV612P

ANO / MÊS / DIA -	1992 / 01 / 01	COD. DEPEND.	100
COD. SEG.	5238	TIPO DOCUMENTO -	2 EX -
NUM. DOCUMENTO -	SP025511505	DT. CADAST. P.A.P.C. -	00 / 00 / 0000
CATEGORIA -	01	DT. SINISTRO -	28 / 10 / 1991
DI. CADAST.	27 / 04 / 1992	DT. RATEIO -	23 / 06 / 1992
NATUREZA -	2	CPF VITIMA -	00000000001
NOME DA VITIMA -	JOSE JACOB DE CARVALHO	VALOR INDENIZ. -	946.576,74
DI. NASC.	17 / 07 / 1955	VAL. CAR. MOR./TUB -	0,00
SEQUENCIA -	001	DI. PAGAMENTO -	20 / 04 / 1992
COD. RECIPIENT.	2	DI. ATUALIZ.	17 / 05 / 1992
NOME PRESEBIDOR -	MARIA DE FREITAS CARVALHO	BOLETIM -	056
CPF/CGC REEMB. -	000000000000000	CV. DELEGACIA -	AB
PROCURADOR/INT. -		SUB-JULICE ... -	DT. RECEB.
CPF/CGC PROC/INT -		COD. PGTO -	S
DELEGACIA -	SÃO MIGUEL		
REGULACAO -	1		
DI. RECLAMACAO -	01 / 04 / 1992		

ENTER = CONTINUAR FIM FIM = VOLTA MENU

Scanned by CamScanner





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juízo de direito da VARA ÚNICA de São Miguel

Ação: Procedimento Sumário
Processo nº 0000944-24.2007.8.20.0131
Autor: Francisco das Chagas de Carvalho
Requerido: Bradesco Seguradora SA

SENTENÇA

Vistos etc.

Francisco das Chagas de Carvalho devidamente qualificado, por meio de advogado legalmente habilitado, promoveu AÇÃO DE COBRANÇA em face de **Bradesco Seguradora SA**.

A parte autora almeja provimento jurisdicional no sentido de se condenar a empresa seguradora, ora requerida, a lhe pagar o valor integral referente à indenização do seguro obrigatório – DPVAT –, qual seja, **40 (quarenta)** salários mínimos, em decorrência da morte do seu filho, **José Jacob de Carvalho**, em acidente automobilístico ocorrido em 28/10/1991.

Frustradas as tentativas de acordo em audiência para esse fim designada, seguiu-se à apresentação de contestação e fora requerido o julgamento antecipado da lide em face da ausência de outras provas a produzir.

A requerida arguiu, preliminarmente, a inclusão da Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro DPVAT S/A; falta de documentos necessários para instrução do processo, oportunidade em que foram rejeitadas em audiência de conciliação conforme termo à fl. 39.

No mérito, sustenta a validade da quitação outorgada, pelo que indevida a diferença postulada, de resto, indevida, porquanto o pagamento foi efetivado segundo as orientações do CNSP.

Aduziu, ainda, que é impossível vincular o valor da indenização ao salário mínimo, tendo em vista que o art. 3.º da Lei 6.194/74 fora revogado pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77, as quais proíbem a vinculação e a correção das indenizações baseadas no salário mínimo. Defende que deve ser observado o valor indenizatório fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, segundo previsão do art. 3.º da Resolução 151/2006.

Em caráter subsidiário, impugna os cálculos da autora, anotando que o termo inicial da correção monetária deve ser o ajuizamento da ação, incidindo juros moratórios tão somente a partir da citação. Nesses termos, pugna pela total improcedência do pleito autoral.

A parte autora apresentou impugnação à contestação.

É o que importa relatar. Decido.

II - Fundamentação

Este documento foi assinado digitalmente por EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR.
Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0000944-24.2007.8.20.0131 e o código 3N00000001WIK.



O feito em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que despiciendo se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.

As preliminares alegadas foram rejeitadas em audiência de conciliação conforme termo à fl. 39.

Passo à análise do *meritum causae*.

Quando o acidente tiver ocorrido na vigência da Lei 6.194/74 e até quando passou a ter vigência a Lei 8.441, de 1992, (ou seja, de 1974 a 1992), a indenização devida deve tomar por base o limite de 20 salários mínimos, a teor do entendimento supra citado Consoante interpretação dada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça:

Seguro obrigatório. Lei nº 6.194/74 e Lei nº 8.441/92. Precedentes da Corte.

1. Aplica-se a lei vigente ao tempo do fato que provocou a morte, como consolidado na jurisprudência da Corte. Assim, incide, no caso, o limite previsto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, isto é, o pagamento de 50% de 40 salários mínimos 2. Recurso especial não conhecido.

(REsp 556.606/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/06/2004, DJ 11/10/2004 p. 316)

Alegou ainda o réu sobre a validade da quitação outorgada pela autora, posto que a mesma recebeu administrativamente a quantia de Cr\$ 246.403,52.

É consabido que as esferas administrativa, civil e penal são independentes entre si, não havendo que se falar em prejudicialidade de uma em relação à outra. Tanto é assim que resta assegurado pelo art. 5º, XXXV da CF/88 a garantia fundamental de que **"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"**. Alegar que o processo administrativo **deve** preceder à tutela jurisdicional, ou até mesmo que exclui a eleição direta dessa via, é uma afronta à garantia constitucional fundamental do pleno acesso à Justiça.

Partindo de tal premissa, tem-se que, tratando-se de seguro obrigatório DPVAT, pacífica a exegese no sentido de que a quitação outorgada pelo beneficiário não se estende a eventual diferença a que repute fazer jus, posto que o seguro obrigatório por acidente de veículo (DPVAT) é uma obrigação de cunho legal e, assim, o recebimento parcial não tem o condão de liberar a seguradora, exaurindo o direito do beneficiário que, por isso, poderá buscar, em juízo, o integral ressarcimento.

Tal entendimento já foi devidamente balizado em nosso Tribunal Estadual, senão vejamos:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. ATROPELAMENTO. INVALIDEZ PERMANENTE. COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. REVELIA. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 277, § 2º, E 319 DO CPC. RECIBO DE QUITAÇÃO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. RECIBO DE QUITAÇÃO NÃO SIGNIFICA RENÚNCIA AO DIREITO DO SEGURADO, A NÃO SER QUANTO AO EFETIVAMENTE RECEBIDO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Este documento foi assinado digitalmente por EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0000944-24.2007.8.20.0131 e o código 3N00000001WIK.



SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E PROPORCIONAL. APLICAÇÃO DO ART. 21, CAPUT, DO CPC. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL. PRECEDENTES". (Apelação Cível nº 2006.004785-5; Relator: Des. João Rebouças; Publicação: 29/09/2006) (grifos e destaques acrescidos)

Desta feita, não há o que se falar em quitação do seguro pelo fato da autora já ter recebido parte da indenização a qual fazia jus.

O art. 3.º da lei instituidora do DPVAT (Lei n.º 6.194/74) prevê as seguintes hipóteses de cobertura: **"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2.º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada (...)"**.

Nos casos de indenizações devidas em decorrência de morte será paga, em não havendo cônjuge ou companheiro sobrevivente, aos herdeiros legais (Art. 4.º).

Quanto a quem tem o dever de pagar a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, tem-se que será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um Consórcio constituído obrigatoriamente por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro DPVAT (art. 7.º).

Destarte, no presente caso, impende ressaltar que é inconteste o direito da requerente de auferir indenização do seguro obrigatório DPVAT, em face do fatídico acidente automobilístico que vitimou fatalmente o seu filho, Sr. Paulo Ribeiro da Silva, em 29/10/1989, direito este que já havia sido reconhecido administrativamente, conforme se depreendi do documento acostado à fl. 29.

O autor é herdeiro única do ***"de cujus"***, tendo em vista a renúncia e cessão de direitos sucessórios assinadas por seus descendentes (fl. 13), sendo o primeiro da linha de vocação hereditária (art. 1.603, II do CC/1916, correspondente ao atual art. 1.829, II, CC/02).

Também é certo o dever da seguradora demandada, na condição de operadora do seguro DPVAT, de arcar com o pagamento da indenização do seguro para o caso de morte. O Consórcio de seguradoras que operam o DPVAT é responsável solidariamente pelo adimplemento das indenizações.

A seguradora requerida tentou eximir-se de sua responsabilidade alegando que o art. 3.º da Lei 6.194/74, o qual estabelece o valor da indenização no importe de 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo, não pode ser aplicado ao presente caso, haja vista que fora revogado pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77. Ademais, afirma que o valor da indenização é determinado por meio de cálculos atuariais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, aos quais apenas obedece e cumpre, não podendo fixar valores em descompasso com as normas preceituadas por essa entidade.

Contudo, entendo serem infundadas as alegações tecidas pela demandada, haja vista que, conforme entendimento jurisprudencial, é válida a fixação do valor da indenização em quantitativo de salários mínimos, o que não se confunde com a aplicação do salário mínimo como fator de reajuste, o que é vedado pela Lei n.º 6.205/75.

Os tribunais pátrios corroboram esse entendimento, vejamos:

"A Lei nº 6.194/74 vigente à época do fato, dispõe em seu artigo 51, caput e ' 11 que 'o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano recorrente, independentemente da existência de prova de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de

Este documento foi assinado digitalmente por EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0000944-24.2007.8.20.0131 e o código 3N00000001WIK.



responsabilidade do segurado... .. a indenização será paga mediante apresentação da certidão de óbito, do registro de ocorrência no órgão policial competente e da prova de qualidade do beneficiário, no caso de morte'. 'O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 20 Seção do STJ' (Resp n.146186/RJ. Rel. p/ acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001)". (10 Turma Recursal Cível de Belo Horizonte - Rec. Nº 024.04.382179-2 - Rel. Juiz Rubens Gabriel Soares).

No mesmo sentido tem se posicionado o Superior Tribunal de Justiça, segundo excerto abaixo transcrito:

"CIVIL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – ESTIPULAÇÃO DA COBERTURA EM QUANTITATIVO DE SALÁRIOS MÍNIMOS – ADMISSIBILIDADE – I. Pacificou-se a jurisprudência das Turmas de Direito Privado do STJ, a partir do julgamento do Resp nº 12.145/Sp, rel. Min. Cláudio Santos, DJU de 29.02.1992, no sentido da validade da fixação do valor da indenização em quantitativo de salários mínimos, o que não se confunde com a sua utilização como fator de reajuste vedado pela Lei 6.205/75. II. Recurso especial não conhecido". (STJ – Resp 245813-SP; 4.ª turma).

Sendo assim, outro não poderia ser o entendimento desse juízo senão o de julgar procedente o pedido formulado pela autora, vestibularmente, para condenar à requerida a pagar-lhe, a título de indenização do seguro obrigatório para o caso de morte, o correspondente ao valor de vinte salários mínimos, posto que fixados pelo Artigo 7º, da Lei 6.194/74.

Saliento que a alteração do valor da indenização introduzida pela Lei 11.482 é aplicável aos sinistros ocorridos a partir da vigência da Medida Provisória 340 que a originou (29/12/2006), que não é o caso dos autos, em que o acidente ocorreu em 28/10/1991.

O valor do salário mínimo a ser considerado para a apuração da indenização devida à requerente deve ser o valor vigente ao tempo do sinistro, qual seja, **Cr\$ 42.000,00. Daí que com o redutor de 50% deverá corresponder a 20 salários mínimos.**

O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% ao mês.

Calcada nos parâmetros fixados nas premissas anteriores, reputo devido à requerente o importe de **R\$ 9.264,00**, resultado da seguinte operação matemática: **R\$ 463,20 x 20 = R\$ 9.264,00. Sobre o qual, aplica juros de mora de 1%.**

A conversão do salário mínimo já corrigido pelo IGP-M foi realizado pela calculadora cidadão no Banco Central do Brasil: <<http://www3.bcb.gov.br>>, acessado em 09/07/2013.

III - Dispositivo

Ante todo o exposto, julgo, parcialmente, procedente a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar à autora a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, a qual fixo no importe de 20 (vinte) salários mínimos, cujo valor a ser

Este documento foi assinado digitalmente por EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0000944-24.2007.8.20.0131 e o código 3N00000001WIK.



considerado é o vigente ao tempo do sinistro, devidamente corrigido, com incidência de juros de mora a contar da citação, descontado o valor recebido pela autora administrativamente, qual seja, 20 salários mínimos, que representam a quantia de **R\$ 9.264,00**.

O índice de correção monetária a ser utilizado a partir da data desta sentença e até a data do pagamento deverá ser o da Tabela 1 da Justiça Federal e os juros de mora serão de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação válida.

Em face da sucumbência recíproca, tendo em vista que o pedido foi deferido em parte (50%), condeno as partes na proporção de 50% para cada um. Isento o autor do pagamento das custas, em face da gratuidade. Condeno a ré ao pagamento de 50% das custas. Arbitro honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da condenação, outrossim, resta compensados reciprocamente.

Acaso a parte executada não cumpra a diligência do parágrafo anterior, intime-se a parte autora para requerer, no prazo de trinta dias, a execução da sentença, sob pena de arquivamento.

Publique-se. Registre-se no SAJ. Intimem-se.

São Miguel, 09 de julho de 2013.

Assinatura eletrônica (CPC, artigo 164, parágrafo único)

Vide informações na margem direita da página

Edino Jales de Almeida Júnior

Juiz de Direito

Este documento foi assinado digitalmente por EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR.
Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0000944-24.2007.8.20.0131 e o código 3N00000001WIK.





Tribunal de Justiça

FL. 170

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Gabinete do Desembargador João Rebouças

Apelação Cível nº 2017.021622-7.

Origem: Vara Única da Comarca de São Miguel.
Apte/apdo: Francisco das Chagas de Carvalho.
Advogado: Dr. Wamberto Balbino Sales.
Apte/apdo: Bradesco Seguradora S/A.
Advogado: Drs. Carlos Maximiano Mafra de Laet e outro.
Relator: Desembargador **João Rebouças**.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Francisco das Chagas de Carvalho, bem como de Apelação Cível interposta por Bradesco Seguradora S.A., em face da sentença proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de São Miguel que, nos autos da Ação de Seguro Dpvt, proposta pela primeira apelante e desfavor da segunda, julgou procedente em parte o pedido autoral, para condenar a parte demandada ao pagamento do importe de 20 (vinte) salários mínimos vigentes ao tempo do sinistro que vitimou fatalmente o filho do demandante.

Em suas razões recursais, aduz o autor demandante, em síntese, que mesmo não identificado o veículo causador do acidente, não se mostra razoável a redução em 50% (cinquenta por cento) do valor indenizatório.

Ao final, traz jurisprudência em prol de sua tese e requer o provimento do recurso a fim de que seja fixada a indenização no valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

A seguradora demandada, por seu turno, argumenta que o pagamento administrativo foi realizado de acordo com o evento, não havendo crédito a ser pago ao recorrido.

Foram apresentadas contrarrazões pela parte autora (fls. 102/104) e pela parte demandada (fls. 147/149v).

A 6ª Procuradoria de Justiça declinou da intervenção no feito.

É o relatório.
Inclua-se o feito em pauta para julgamento.
Natal, 08 de março de 2018.


Desembargador **João Rebouças**
Relator

Scanned by CamScanner





Tribunal de Justiça
FL. 174

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Gabinete do Desembargador João Rebouças

Apelação Cível nº 2017.021622-7.

Origem: Vara Única da Comarca de São Miguel.

Apte/apdo: Francisco das Chagas de Carvalho.

Advogado: Dr. Wamberto Balbino Sales.

Apte/apdo: Bradesco Seguradora S/A.

Advogado: Drs. Carlos Maximiano Mafra de Laet e outro.

Relator: Desembargador **João Rebouças**.

EMENTA: CIVIL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DA MP Nº 451/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/2009. **RECURSO DA PARTE AUTORA.** MORTE DA VÍTIMA, FILHO DO AUTOR. CERTIDÃO DE ÓBITO QUE DESCREVE A CAUSA DA MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM 1991. OBSERVÂNCIA DO ART. 7º DA LEI Nº 6.194/74. VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO. QUANTUM DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOBRE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTE À DATA DO SINISTRO. GRADUAÇÃO CORRETA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. **RECURSO DA PARTE DEMANDADA.** ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO CORRETAMENTE REALIZADO. EXTRATO DO SISTEMA MEGADATA. PRESUNÇÃO *JURIS TANTUM*. VIABILIDADE COMO

Página 1 de 10

Scanned by CamScanner



PROVA. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA AO VALOR CALCULADO PELA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE SE DECLARAR, NESTE MOMENTO, A PLENA QUITAÇÃO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima identificadas.

Acordam os Desembargadores que integram a 3ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento a ambos os recursos, nos termos do voto do Relator, que torna-se parte integrante deste.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Francisco das Chagas de Carvalho, bem como de Apelação Cível interposta por Bradesco Seguradora S.A., em face da sentença proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de São Miguel que, nos autos da Ação de Seguro Dpvt, proposta pela primeira apelante e desfavor da segunda, julgou procedente em parte o pedido autoral, para condenar a parte demandada ao pagamento do importe de 20 (vinte) salários mínimos vigentes ao tempo do sinistro que vitimou fatalmente o filho do demandante.

Em suas razões recursais, aduz o autor demandante, em síntese, que mesmo não identificado o veículo causador do acidente, não se mostra razoável a redução em 50% (cinquenta por cento) do valor indenizatório.

Ao final, traz jurisprudência em prol de sua tese e requer o provimento do recurso a fim de que seja fixada a indenização no valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

A seguradora demandada, por seu turno, argumenta que o

2017.021622-7

Página 2 de 10

Scanned by CamScanner



pagamento administrativo foi realizado de acordo com o evento, não havendo crédito a ser pago ao recorrido.

Foram apresentadas contrarrazões pela parte autora (fls. 102/104) e pela parte demandada (fls. 147/149v).

A 6ª Procuradoria de Justiça declinou da intervenção no feito.

É o relatório.

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço de ambos os recursos.

Cinge-se à análise dos presentes recursos acerca do pagamento do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).

RECURSO INTERPOSTO POR FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO

É de se destacar que o sinistro narrado na peça de ingresso ocorreu em 1991, quando ainda não estava em vigor a Lei nº 8.441/92, pelo que deve se observar a Lei nº 6.194/74, com as prescrições nela constantes.

Como se infere dos autos, o filho do autor foi vítima de acidente automobilístico por veículo não identificado, em 28.10.1991 e, neste particular, o valor da indenização é devido na proporção de 50% (cinquenta por cento) sobre o limite máximo estabelecido pela Lei nº 6.194/74, não sendo, como já destacado, aplicável a Lei nº 8.441/92 que promoveu alterações no § 1º do art. 7º da Lei 6.194/74¹, modificando o referido entendimento.

Portanto, a indenização devida no presente caso corresponderá a 50% (cinquenta por cento) sobre 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do sinistro, não merecendo, assim, reforma a decisão primeva.

Salienta-se que a interpretação acima encontra respaldo na

¹ Art. 7º A indenização, por pessoa vitimada, no caso de morte causada apenas por veículo não identificado, será paga por um Consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as Seguradoras que operarem no seguro objeto da presente lei.

§ 1º O limite de indenização de que trata este artigo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor



jurisprudência desta Corte, senão vejamos:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E INÉPCIA DA INICIAL. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR EM VIRTUDE DA FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER EMPRESA SEGURADORA PARTICIPANTE DO CONSÓRCIO DPVAT. MORTE DA VÍTIMA, FILHA DA AUTORA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. CERTIDÃO DE ÓBITO QUE DESCREVE A CAUSA DA MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO DANO DESCRITO. INT. DO ART. 5º E § 1º DA LEI Nº 6.194/74. PLENO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 333, I, DO CPC. **EVENTO DANOSO OCORRIDO EM 1990. OBSERVÂNCIA DO ART. 7º DA LEI Nº 6.194/74. VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO. QUANTUM DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOBRE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTE À DATA DO SINISTRO. BENEFICIÁRIA ÚNICA. PAGAMENTO DO VALOR DEVIDO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DOS RECURSOS. PRECEDENTES.**

(AC Nº 2014.002294-4 - Rel. Des. João Rebouças -
Julgamento: 22/04/2014 - Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível)
(destaquei)

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES (DPVAT). MORTE. PREJUDICIAIS DE

2017.021622-7

... de 10

Scanned by CamScanner



MÉRITO: A) DA ILEGITIMIDADE ATIVA. REJEIÇÃO. B) DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO NA VIA ADMINISTRATIVA. AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. REJEIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO: DATA DO FATO. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 6.194/74 COM A REDAÇÃO ORIGINAL, AFASTADA A APLICAÇÃO DA LEI 8.441/92 E DA MP 340/2006, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007, E DA MP 451/2008, ESTAS APLICADAS APENAS AOS SINISTROS OCORRIDOS APÓS A VIGÊNCIA DA NORMA. PLEITO DA SEGURADORA DE REDUÇÃO DO VALOR A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO PARA A QUANTIA CORRESPONDENTE A 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS QUE CORRESPONDE À LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO OCORRIDO EM DATA ANTERIOR A VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92. MORTE COM VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO. COBERTURA PELA METADE. CORREÇÃO PELO SALÁRIO MÍNIMO DA ÉPOCA DO SINISTRO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO". (AC nº 2012.003532-3, Relatora Juíza Convocada Sulamita Bezerra Pacheco, j. em 17.05.2012). (destaquei).

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES TRANSFERIDAS PARA O MÉRITO. SEGURADORA PARTICIPANTE DO CONSÓRCIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DE REQUERIMENTO PRÉVIO. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO SINISTRO E DOS DANOS DECORRENTES. ACIDENTE OCORRIDO ANTES DA LEI 8.441/92. APLICAÇÃO DO 7º, § 1º LEI Nº 6.194/74, VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO. VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO. indenização fixada em 50% do limite máximo estabelecido.

1. Quaisquer das seguradoras participantes do Consórcio

Scanned by CamScanner



DPVAT possuem legitimidade passiva para responder ação de cobrança securitária, ressalvado o direito de regresso contra a seguradora líder.

2. Não implica em falta de interesse processual a ausência de requerimento prévio quando a seguradora nega-se na contestação a efetuar o pagamento da indenização

3. Não constituem documentos essenciais para o processamento da ação os referidos no art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, desde que a parte comprove o acidente e o dano decorrente, nos termos do caput.

4. A indenização, em acidente provocado por veículo não identificado sob a égide da Lei nº 6.194/74, antes de sua modificação pela Lei nº 8.441/92, pode ser cobrada de qualquer seguradora, devendo, entretanto, ser fixada em 50% (cinquenta por cento) do valor que seria normalmente pago, em conformidade com o disposto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.194/74.

5. Apelo conhecido e provido parcialmente". (AC nº 2011.005068-3, Relator Desembargador Dilermando Mota, j. em 16.08.2011). (destaquei).

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. MORTE. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. DEVER DE INDENIZAR DEMONSTRADO. QUITAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE AO PLEITO JUDICIAL DE COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. FATO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA REDAÇÃO ORIGINAL DOS ARTIGOS 3.º E 7.º, § 1.º, DA LEI 6.194/74. QUANTUM FIXADO EM 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. VEÍCULO RESPONSÁVEL PELO ACIDENTE NÃO IDENTIFICADO. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

- O recebimento na via administrativa de parte da indenização



devida não obsta o direito à percepção da complementação na via judicial.

- *Correta a fixação da indenização do seguro DPVAT em 20 (vinte) salários mínimos vigente à época do sinistro quando a pessoa é vitimada por veículo não identificado e o acidente ocorreu durante a vigência da redação original dos artigos 3.º e 7.º, § 1.º, da Lei n.º 6.194/74". (AC n.º 2010.003464-8, Relator Desembargador Amílcar Maia, j. em 09.11.2010). (destaquei).*

RECURSO INTERPOSTO POR BRADESCO SEGURADORA S/A

De resto, quanto à quitação do pleito indenizatório, tem-se que o acidente automobilístico que causou danos ao autor apelante ocorreu em 28.10.1991, ou seja, em momento anterior à entrada em vigor da MP n.º 451/2008, esta convertida na Lei n.º 11.945/2009.

Diante do fato do acidente ter ocorrido sob a égide da Lei n.º 6.194/74 e antes da edição da Medida Provisória n.º 340/06, impossível deixar de fixar o valor devido à título de indenização sem a vinculação ao salário mínimo, haja vista que, entender o contrário, seria julgar *contra legem*, o que não é aceitável em nosso ordenamento jurídico.

Contudo, extrai-se dos autos que o autor já recebera na seara administrativa um determinado valor, conforme documentação posta às fls. 137, do sistema MEGADATA que, de acordo com a jurisprudência consolidada **desta Corte**, tem presunção *juris tantum*, a saber:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA EDIÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 8.441/92. LIMITE DE PAGAMENTO DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS QUANDO NÃO IDENTIFICADO O VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE. EXTRATO DO SISTEMA MEGADATA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. VALIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. PROCURAÇÃO SUBSCRITA PELA

Scanned by CamScanner



PARTE AUTORA AUTORIZANDO O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO POR MANDATÁRIO. REALIZADO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA. OBRIGAÇÃO RESOLVIDA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTURAL. PROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA REFORMADA.

(AC Nº 2017.003983-8 - Rel. Des. Ibanez Monteiro - 11/07/2017 - Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível) (destaquei)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM REJEITADA. MÉRITO: EVENTO MORTE. PAGAMENTO COMPROVADO ATRAVÉS DO MEGADATA. VALIDADE. DOCUMENTOS APRESENTADOS EM APELAÇÃO QUE NÃO SE CLASSIFICAM COMO NOVOS, PODENDO TEREM SIDO APRESENTADOS EM CONTESTAÇÃO. ACERVO PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS SUFICIENTE À REFORMA DA SENTENÇA, AINDA QUE DESCONSIDERADOS OS DOCUMENTOS JUNTADOS EM SEDE RECURSAL. GENITORA DO DE CUJUS QUE DECLAROU NA CERTIDÃO DE ÓBITO SER O MESMO SOLTEIRO. DOCUMENTO FIRMADO EM CARTÓRIO UMA SEMANA APÓS A CONFECÇÃO DA CERTIDÃO DE ÓBITO ONDE A GENITORA AFIRMA QUE SEU DESCENDENTE FALECIDO VIVIA EM UNIÃO ESTÁVEL HÁ OITO ANOS. ERRO ESCUSÁVEL DA SEGURADORA AO PAGAR INTEGRALMENTE A INDENIZAÇÃO À GENITORA. BOA-FÉ DA APELANTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 309 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.



A tela extraída do sistema Megadata reveste-se da qualidade de documento válido a comprovar o pagamento da indenização, notadamente quando a parte autora não apresenta elementos probantes hábeis a pôr em dúvida as informações constantes no referido documento;

Não é documento novo aquele em que a parte poderia ter apresentado no curso do processo originário, principalmente por sua existência à época não ser desconhecida ou por não ter sido demonstrada a impossibilidade de utilização do mesmo;

Uma vez demonstrada a inexistência de má-fé da seguradora, configura-se válido o pagamento integral da indenização àquele genitor que declarou na certidão de óbito que o falecido era solteiro e sem filhos, ressalvado o direito da companheira em buscar o ressarcimento através das vias próprias de quem indevidamente tenha recebido o seguro na integralidade.

(AC Nº 2015.003056-6 - Rel. Des. Cornélio Alves - Julgamento: 16/02/2017 - Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível) (destaquei)

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. INCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO QUE FOI ESTABELECIDO NA PETIÇÃO INICIAL. APRESENTAÇÃO EM GRAU DE RECURSO DE COMPROVANTE VIA SISTEMA MEGADATA DE PAGAMENTO PARCIAL FEITO NA VIA ADMINISTRATIVA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE REFORÇADA PELA AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE RECEBIMENTO POR PARTE DO RECORRIDO EM SEDE DE CONTRAMINUTA. MONTANTE QUE DEVE SER DEDUZIDO NO MOMENTO DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, DO VALOR A SER



INDENIZADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE
PROVIDO.

(AC nº 2016.003215-4, Relator: Des. Amaury Moura
Sobrinho, data de julgamento: 10/05/2016, 3ª Câmara Cível)

Não obstante, não há como ser dado provimento ao recurso, uma vez que o valor pago administrativamente pela seguradora não está idêntico ao efetivamente devido, haja vista o montante concedido na sentença ainda estar sujeito a correção e juros moratórios, uma vez que, à época, ainda estava em vigor o Cruzeiro como moeda oficial, o que torna impossível declarar, neste momento, a plena quitação. Por óbvio, o valor administrativamente pago deverá ser subtraído do valor final da indenização ainda a ser calculado.

Face ao exposto, conheço e nego provimento a ambos os recursos interpostos, a fim de manter incólumes os termos da sentença recorrida.

É como voto.

Natal, 20 de março de 2018.

Desembargador **VIVALDO PINHEIRO**

Presidente

Desembargador **JOÃO REBOUÇAS**

Relator

Doutor **IADYA GAMA MAIO**

7ª Procuradora de Justiça

= CERTIDÃO =
Certifico e dou fe que as conclusões do acórdão proferido nestes autos foram publicados no Diário da Justiça Eletrônico desta data. Divisão de Acórdão do Departamento de Documentação Judiciária do Tribunal de Justiça

20 MAR 2018

Departamento de Documentação Judiciária

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
Embargos de declaração
de prot. 4796
Secretaria do Tribunal de Justiça, em
20 de março de 2018

Scanned by CamScanner



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
195/11/12

Procuradoria Jurídica
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Embargos de Declaração em Recurso Civil nº 00170026022-7/0002190

Embargante: Banco do Nordeste S.A.

Advogado: Dr. Carlos Maximiliano Martins de Lencastre

Embargado: Francisco das Chagas de Carvalho

Advogado: Dr. Walmirton Bastião Sales

Requerente: Desembargador João Rêgo

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO CIVIL. ALEGAR OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. ALEGAR DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE CONDIÇÃO MONETÁRIA E JUROS NO VALOR DA CONDENAÇÃO INDEFINIDA INVALIAÇÃO RECURSO. INEXISTÊNCIA DE RESIDUAÇÃO QUANTO A MATÉRIA POR AUSÊNCIA DO RECURSO DE APELAÇÃO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE FAZER EM UM RECURSO MEREAMENTE CORRETIVO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.111 DO CPC/2015. REJEÇÃO DOS EMBARGOS PRETENSOS.

- O acolhimento dos Embargos Declaratórios, mesmo para fins de prorrogação, necessita de presença de algum dos vícios previstos no art. 1.111 do CPC/2015, quais sejam, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.
- Não comprovando qualquer desses hipóteses, a parte não faz demonstrar de funcionalidade, nem de sanar o vício, a fim de restabelecer a unidade, funcionalidade e finalidade da sentença e julgado.

Assinatura manuscrita



adequar-se ao entendimento do recorrente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os estes autos em que são partes as acima identificadas.

Acordam os Desembargadores que integram a 3ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma, à unanimidade de votos, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que torna-se parte integrante deste.

RELATÓRIO

Tratam-se de Embargos de Declaração interpostos por Bradesco Seguradora S.A. em face de Acórdão proferido pela 3ª Câmara Cível que, à unanimidade de votos, conheceu e negou provimento à Apelação Cível, para manter a sentença em todos os seus termos.

Em suas razões, aduz a embargante que o Acórdão foi omisso, vez que o autor não requereu a aplicação de correção monetária e juros no valor da indenização, motivo pelo qual o acórdão foi *extra petita*. Questiona, ainda, o fato de que não há mais valores a serem adimplidos, vez que toda a indenização foi quitada anteriormente.

Ao final, pugna pelo acolhimento destes embargos de declaração para sanar os vícios apontados.

Contrarrazões pelo desprovimento do recurso (fls. 188/193)



Scanned by CamScanner



É o relatório.

VOTO

Presumes os requisitos de admissibilidade, contra o embargo.

Cumprando os autos, verifica-se que o embargante pretende o questionamento de toda matéria constitucional e inconstitucional trazida ao debate, em especial as arts. 5º, V e 95, III, ambos da Constituição Federal.

É concluído que o acolhimento das Embargos Declaratórios, mesmo para fins de questionamento, necessita da presença de algum dos vícios previstos no art. 1.112 do CPC/2015, quais sejam, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Com efeito, de mera leitura do acórdão embargado e conforme depreende-se dos próprios embargos declaratórios, verifica-se que inexiste qualquer dos vícios supracitados. O acórdão encontra-se assim entendido:

EMENTA: CIVIL. CORRENÇA. SEGURO DE VIDA. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DA MP Nº 422/2012, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.345/2006. RECURSO DA PARTE ACTORA. MORTE DA VÍTIMA, FILHO DO AUTOR. CERTIDÃO DE ÓBITO QUE DENEGUE A CAUSA DA MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM 1991. OBRIGÂNCIA DO ART. 7º DA LEI Nº 6.184/74. VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO. QUANTUM DE 30%



(CINQUENTA POR CENTO) SOBRE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTE À DATA DO SINISTRO, GRADUAÇÃO CORRETA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. **RECURSO DA PARTE DEMANDADA.** ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO CORRETAMENTE REALIZADO. EXTRATO DO SISTEMA MEGADATA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. VIABILIDADE COMO PROVA. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA AO VALOR CALCULADO PELA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE SE DECLARAR, NESTE MOMENTO, A PLENA QUITAÇÃO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO."

Da atenta leitura do recurso de Apelação Cível em epígrafe, constata-se que o apelante, ora embargante, em suas razões, não questiona em nenhum momento a aplicação da correção monetária e dos juros estabelecidos pelo magistrado de primeiro grau, limitando-se a afirmar que o valor da indenização já se encontra quitado.

Dessa forma, depreende-se que tais razões configuram flagrante inovação recursal, o que é vedado em sede de embargos de declaração, consoante entendimento consolidado na jurisprudência **deste Tribunal** e do **Superior Tribunal de Justiça**. Vejamos:

"EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA TRAZIDA QUE

4

Scanned by CamScanner



PROCESSUAL CIVIL. ATRIBUIÇÃO POR ERRO DE CÁLCULO. NÃO AUMENTAMENTO DOS REQUISITOS PRESENTADOS NO ART. 141 DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETORÍO. PATENTE PREJUDICADA A DURAÇÃO PASSÍVEL DO PROTEGO. APLICAÇÃO DE MÚLTIPLA PREVISÃO DE PRAZO NO ART. 141, § 1º DO CPC. POSSIBILIDADE DE ELEVAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 141, § 1º, EM CASO DE REITERAÇÃO CONHECIMENTO E REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. TJRN, ED no AC nº 2014.0000000000000000-4. Relator Desembargador Virgílio Pinheiro. j. em: 2015.0000000000000000-4 (desapreci).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO RECORRIDO QUE NEGOU PROTEGIMENTO AO APELO DA REGISTRO. MANUTENDO A SENTENÇA ALEGAÇÃO DE QUESTÃO NÃO SINCRONIZADA NO RECURSO. INOVAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE REINSCRIÇÃO DE MATÉRIA. SE ATRIBUIÇÃO NO JULGADO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS FENOMENOS NO ART. 141 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EMBARGOS PARCIALMENTE CONHECIDOS E REJEITADOS. TJRN, ED no AC nº 2014.0000000000000000-4. Relator Desembargador Carmelo Alves. j. em: 2015.0000000000000000-4 (desapreci).

EXEMPLE: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. RECURSO



OMISSÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS PRECEDENTES.

- O acolhimento dos Embargos Declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, necessita da presença de algum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, quais sejam, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

- Não comprovada qualquer dessas hipóteses, o recurso fica destituído de funcionalidade, restando somente a mera intenção de rediscutir a matéria, forçando o julgador a adequar-se ao entendimento do recorrente." (TJRN, ED na AC nº 2017.003282-7, Relator Desembargador João Rebouças, j. em: 05.12.2017) (destaquei).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. OMISSÕES E CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão ocorridas no acórdão embargado e são inadmissíveis quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam novo julgamento do caso.
2. As questões atinentes à redução da pena de multa e à detração do período que o réu esteve cautelarmente



privado de sua liberdade não haviam sido suscitadas pela defesa em nenhuma das petições direcionadas a esta instância superior - recurso especial, agravo em recurso especial e agravo regimental -, a configurar inovação recursal, o que é vedado em embargos declaratórios.

3. O acórdão impugnado foi claro ao demonstrar que: a) a despeito da concessão, pelo Ministro Gilmar Mendes, do pedido liminar no HC n. 147.953/SP, a fim de suspender a imediata execução da pena, não houve modificação do entendimento firmado pelo STF em regime de repercussão geral a respeito do tema; b) os antecedentes criminais do réu não foram valorados negativamente - tanto que a exasperação da pena-base foi baseada na quantidade de drogas; c) o regime inicial de cumprimento de pena não pode ser alterado, uma vez que o réu foi condenado a pena superior a 8 anos de reclusão e d) da mesma forma, não foi preenchido o requisito temporal para a substituição da pena privativa de liberdade por medidas restritivas de direitos.

4. *Embargos de declaração rejeitados.*" (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 1142734/SP, Relator Ministro Rogério Schietti Cruz, j. em: 08.02.2018) (destaquei).

Nesses termos, evidenciada a inovação recursal feita pelo embargante, entendo que é inviável o pronunciamento deste órgão julgador sobre estes temas em sede de embargos de declaração, eis que ultrapassaria os limites decisórios intrínsecos à natureza deste recurso.

No tocante à suposta quitação do valor indenizatório em sede administrativa, o tema foi devidamente tratado no acórdão embargado, não



necessitando maiores esclarecimentos, senão vejamos:

"Não obstante, não há como ser dado provimento ao recurso, uma vez que o valor pago administrativamente pela seguradora não está idêntico ao efetivamente devido, haja vista o montante concedido na sentença ainda estar sujeito a correção e juros moratórios, uma vez que, à época, ainda estava em vigor o Cruzeiro como moeda oficial, o que torna impossível declarar, neste momento, a plena quitação. Por óbvio, o valor administrativamente pago deverá ser subtraído do valor final da indenização ainda a ser calculado". (fl. 175v)

Dessa forma, inexistindo omissão, contradição, obscuridade ou erro material no Acórdão questionado, conclui-se que foram enfrentadas todas as questões necessárias ao deslinde da causa. Portanto, não há como prosperar a pretensão do recorrente em devolver novamente a mesma matéria a este Tribunal.

Por conseguinte, saliento que essa interpretação encontra respaldo na jurisprudência **desta Corte de Justiça**:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO EMBARGADA QUE ATRIBUIU EFEITOS INFRINGENTES AO AGRAVO INTERNO PARA RECONHECER A TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO SOMENTE QUANTO A PARTE QUE AFASTOU A POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA MULTA COERCITIVA PREVISTA NA SENTENÇA RESTANDO

Scanned by CamScanner



que autorizam o seu manejo, o que não é o caso dos autos, posto que ultrapassa a previsão e os limites do art. 1.022 do CPC/2015.

Face ao exposto, conheço e rejeito os embargos.

É como voto.

Natal, 28 de agosto de 2018.

Desembargador **VIVALDO PINHEIRO**

Presidente

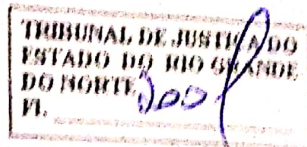
Desembargador **JOÃO REBOUÇAS**

Relator

Doutora **IADYA GAMA MAIO**

7ª Procuradora de Justiça





Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte
Tribunal de Justiça
Secretaria Judiciária

SECRETARIA JUDICIÁRIA

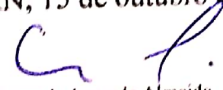
CERTIDÃO

Processo nº 2017.021622-7/0001.00

Relator: Des. João Rebouças

Certifico e dou fé haver decorrido o prazo legal, sem ter sido interposto qualquer recurso ao acórdão de fls. 195/199v, Nestes autos, tendo o mesmo transitado em julgado às 18 horas do dia 24 de setembro de 2018.

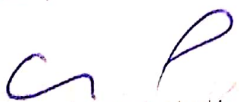
Natal - RN, 15 de outubro de 2018


Marcelo Lacerda Almeida
Técnico Judiciário

TERMO DE REMESSA

Nesta data, faço remeter estes autos ao MM Juiz de Direito da Vara Única da Comarca São Miguel-RN, através de sua Secretaria.

Natal - RN, 15 de outubro de 2018


Marcelo Lacerda Almeida
Técnico Judiciário

Scanned by CamScanner



CARLOS MAFRA DE LAET
· A D V O G A D O S ·

por esta, ou no caso de não haver custas, que seja emitida certidão declarando a inexistência das mesmas em favor da requerida.

CÁLCULO DA CONDENAÇÃO:

Dados básicos informados para cálculo		
Descrição do cálculo		
Valor Nominal	R\$ 7.173,70	
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condenatórias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pelo critério mês chelo.	
Período da correção	Julho/2013 a Agosto/2018	
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples	
Período dos juros	19/11/2008 a 2/10/2018	
Dados calculados		
Fator de correção do período	1857 dias	1,362833
Percentual correspondente	1857 dias	36,283264 %
Valor corrigido para 1/8/2018	(=)	R\$ 9.776,55
Juros(3604 dias-119,00000%)	(+)	R\$ 11.634,10
Sub Total	(=)	R\$ 21.410,65
Valor total	(=)	R\$ 21.410,65

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Miguel/RN, 06 de novembro de 2018.

PATRÍCIA ANDRÉA BORBA
OAB/RN 3.018

ALEXSANDRA FERREIRA
OAB/RN 12.081

Scanned by CamScanner



06/11/2013

Banco do Brasil

Recibo de Depósito para a Solcitação 11047876

203
8**DJO - Depósito Judicial Ouro**

Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 04-10-2018		Nº DA CONTA JUDICIAL 1100105062437
DATA DA GUIA 04-10-2018	Nº DA GUIA 382207	AGÊNCIA (PREF/DV) 3795-8	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
COMARCA SAO MIGUEL	NUMERO DO PROCESSO 131070009449	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA	
NOME DO RÉU/IMPETRADO BRADESCO SEGUROS S/A	ORGÃO/VARA VARA UNICA	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 21.410,65
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO		TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 33.055.146/0001-93
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 53AB93C9F1C6CE19		TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 876.068.104-78

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072317310851100000045739724> 1/1

Scanned by CamScanner



Outorgante:

FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO,
Brasileiro (a), CASADO, AGRICULTOR, portador do
RG nº. 23.514.63-92, CPF nº. 876.068.104-78,
podendo ser intimado no(a)
SITIO PAU BRANCO Kº 18,
cidade de SÃO MIGUEL,

Outorgados:

O Bel. WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado com OAB/PB nº 6846, **ADOLFF UCHÔA DE LIMA**, brasileiro, solteiro, Advogado OAB/RN 6695, Bel EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, brasileira, solteiro, estagiário, o Bel. JOSÉ ARMANDO DA COSTA, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB nº 6344, o Bel. MAUDIVAN PEREIRA DANTAS, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB nº 12.461, FÁBIO COUTINHO PEREIRA, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PB nº 12.821, o Bel. JOÃO JOSÉ SARAIVA COELHO, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB nº 3484, ambos, podem ser intimados na Rua Delmiro Gouveia, nº.97, São José, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COM AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DE DPVAT.** Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, para fins dos dispostos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. **Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 20% (vinte por cento), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente Instrumento.**

Mossoró, 01/08/2007.

Outorgante:

Francisco das Chagas de Carvalho

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº.8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

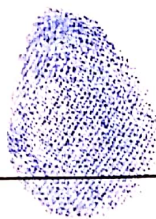




DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO,
brasileiro(a), CASADO, AGRICULTOR, portador do RG n.º
23-51463-92 SSP/RN e CPF n.º 876.068.104-78 residente e domiciliado
na SÍTIO PAU BRANCO Nº 18, declaro
para os devidos fins de Direito que se fizerem necessário, que sou pobre na
forma da Lei, não tendo condições financeiras de prover as despesas e custas
processuais com a demanda. Declara ainda ser conhecedor das sanções
administrativas, Cíveis e Criminais, caso a presente não retrate a verdade dos
fatos. Nada mais a declarar, lavro o presente para que surta seus jurídicos e
legais efeitos.

Mossoró – RN 01/08/2007



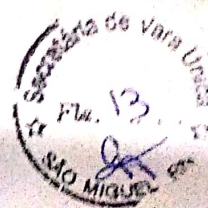
Francisco das Chagas de Carvalho

Outorgante

Scanned by CamScanner



TERMO DE CESSAO DE DIREITOS



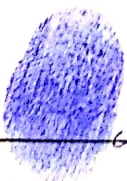
MARIA DA CONCEIÇÃO DE CARVALHO,
brasileiro (a), CASADA, DO LAR, portador do RG
n.º 1.786.656 SSP/AK e CPF n.º 029.679.094-08 residente
e domiciliado na

SITIO PAU BRANCO Nº 18,
neste ato, CEDE, TRANSFERE, REPASSA e
RENUNCIA, em favor de:

FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO,
brasileiro (a), CASADO, AGRICULTOR, portadora do RG
de n.º 23.51463.92 SSP/AK e CPF de n.º 876.068.104-78
podendo ser intimado na rua

SITIO PAU BRANCO Nº 18,
seus Direitos, referente a Ação de Cobrança c/c Reparação de
Danos, perante a Comarca de SÃO MIGUEL - AK. Nada
mais a constar, lavro o presente que vai devidamente assinado
pelo Cedente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

MOSSORÓ - AK 01/08/2007

 Maria da Conceição de Carvalho
Outorgante

Reconhecer Firma.

Scanned by CamScanner





SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes gerais para o foro, inclusive os especiais para receber notificações e intimações, transigir, desistir, assinar termos, propor ações, acordar, conciliar, receber, dar quitação e firmar compromissos em Juízo, todos constantes no anexo Instrumento de Procuração, que me foram conferidos pela **BRADESCO SEGUROS S/A**, as Dr^{as}. ***Solange Alencar de Medeiros, Rafaela Iliana Alves Arcila e Gabriela Alves Arcila***, inscritas na OAB/RN sob os nºs 4703-B, 4980 e 6687, com endereço profissional na Rua Rodolfo Garcia, nº 2020, Lagoa Nova, Natal – RN, Cep.: 59.064-370, com a finalidade exclusiva de patrocinar a defesa dos interesses e direitos da outorgante nos autos a que se destina, especialmente no que tange ao seguro obrigatório DPVAT.

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2008

Scanned by CamScanner

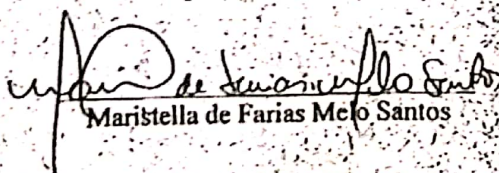


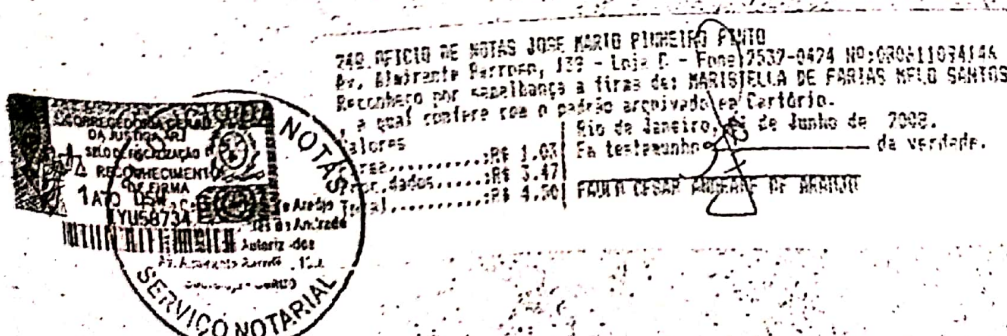


SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 15.311, **ADAM MIRANDA SÁ STEHLING**, brasileiro, separado de fato, inscrito na OAB/RJ sob o nº 133.055, **JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/SP sob o nº 265.931, **JORGE EDUARDO PERES DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 132.098 e **BRUNO WERMELINGER DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ 129.292, com escritório situado na Av. Rio Branco, nº 85, 6º, 8º e 9º andares, Centro, nesta cidade, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2008


Maristella de Farias Melo Santos



Scanned by CamScanner

GM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS

GIRDO MACIEL - TABELÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 25 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SÓFIA, 43 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 269 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ



ATO Nº 096
LIVRO Nº 8687
FOLHA Nº 110
PROCURAÇÃO bastante que faz, BRADESCO
SEGUROS S.A., na forma abaixo
dijuridadejaneiro.bsegurosmatrizpctsc02cc5(1)

S A I B A M quantos esta virem que no ano de dois mil e sete (2007), aos quatro (04) dias do mês de abril, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, Escrevente Autizada, CTPS nº 55177/117-RJ, compareceu como OUTORGANTE - BRADESCO SEGUROS S.A., com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista nº 1.415, parte - Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.145/0001-93, nesta ato representada por seu Diretor Geral Administrativo e Financeiro: SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o nº OAB/RJ nº 42.122, expedida em 10/11/1982, e no C.P.F. nº 032.621.977-34, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista nº 1.415, Bela Vista, e seu Diretor Gerente: LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 2.564.530, expedida pelo IPRJ em 01.12.59, inscrito no C.P.F. sob o nº 254.794.407-30, com domicílio comercial na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe nº 225 - Rio Comprido, por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela OUTORGANTE, por seus representantes legais, me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: 1) NAN LUIZ GONTIJO JUNIOR, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 44.992 e no C.P.F. nº 770.025.397-87; 2) MARIA CECILIA DE LIMA AULIO, divorciada, inscrita na OAB/SP nº 75.445 e no C.P.F. nº 650.970.533-38; 3) MURILO AZAMBUJA RIBEIRO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 42.675 e no C.P.F. sob o nº 315.435.557-34; 4) MARCO AURÉLIO SAMPAIO SÉRGIO, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 71.599 e no C.P.F. nº 540.829.517-68; 5) MARCO AURÉLIO MACHADO RODRIGUES, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 28.902 e no C.P.F. nº 105.992.907-49; 6) CLÁUDIA HÉCK MACHADO OLIVEIRA, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 118.030 e no C.P.F. nº 533.731.700-87; 7) ANDRÉ LUIS RHEIN DA SILVA CORDEIRO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 64.389 e no C.P.F. nº 741.708.937-68; 8) JANÁINA ALEXANDRE NUNES, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 131.570-9 e no C.P.F. nº 018.653.177-05; 9) MANUELA LEITE CAROOSO, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 55.223 e no C.P.F. nº 037.657.437-20; 10) HELGISA MONTEIRO DE PAULA DIAS, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 103.403 e no C.P.F. nº 103.493.343-54; 11) RENATO DELEUSE VENZA, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 54.463 e no C.P.F. nº 030.269.158-94; 12) CESAR AUGUSTO CASSONI, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 67.325 e no C.P.F. nº 012.157.558-42; 13) ARMINDA MACIEL ALBARELLI, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 53.059 e no C.P.F. nº 754.876.457-52; 14) HERNANI DIAS TORRES, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 48.755 e no C.P.F. nº 603.476.587-20; 15) MARCIA DE ABREU SILVA BONATTO, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 65.103 e no C.P.F. nº 425.913.437-04; 16) ROSEMARY ROSA DE ALMEIDA PEBA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 55.627 e no C.P.F. nº 751.555.517-20; 17) ROSÂNGELA DE SOUZA FERREIRA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 63.467 e no C.P.F. nº 813.522.707-59; 18) JOÃO BATISTA DA SILVEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 55.643 e no C.P.F. nº 335.905.377-20; 19) JORGE LUIZ COSTA SOARES, divorciado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 76.835 e no C.P.F. nº 655.290.027-02; 20) SUZANA DA SILVA BASTOS, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 79.209 e no C.P.F. nº 654.555.457-87; 21) ALEXANDER RODRIGUES DA SILVA VIEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 82.605 e no C.P.F. nº 020.457.747-53; 22) VITOR AUGUSTO DE SOUZA BAPTISTA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 55.244 e no C.P.F. nº 755.422.297-78; 23) DANIELLY CHRISTINE GOMES CALDAS, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 101.515 e no C.P.F. nº 035.603.017-11; 24) ROGERIO DE SÁ FERREIRA, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 65.925 e no C.P.F. nº 403.754.687-09; 25) JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 55.827 e no C.P.F. nº 032.933.037-09; 26) ANTONIO LUIZ PEREIRA TEIXEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 63.905 e no C.P.F. nº 742.077.117-49; 27) VANESSA TROTTA RUST, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 74.534 e no C.P.F. nº 013.509.157-54; 28) MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 74.534 e no C.P.F. nº 013.509.157-54; 29) MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 74.534 e no C.P.F. nº 013.509.157-54.

Scanned by CamScanner





ISSN 1676-2114

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 250, quinta-feira, 29 de dezembro de 1971

TABELA 17 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL, E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A NOVEMBRO DE 2003

RECEITAS		PREVISÃO ORÇAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITA REALIZADA (R\$)	SALDO A REALIZAR (R\$)
Receitas Não-Financeiras Departamento Atacadista					
Recursos Fiscais: Impostos, Arrecadação		259.349	259.349	264.314	0
Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social		482.447	482.447	479.926	2.521
Contribuição Previdenciária sobre Movimentação Fiscais		107.687.320	107.687.320	95.564.041	12.123.279
Contribuição para Custos das Penais Militares		7.227.186	7.227.186	6.613.360	613.826
Contribuição Fiscal - Ativo Civil		1.067.811	1.067.811	746.110	321.701
Contribuição de Serviço Ativo Civil		6.301.474	6.301.474	97.477	6.203.997
Contribuição de Serviço Inativo Civil		3.150.239	3.150.239	2.811.667	338.572
TOTAL		115.506.925	115.506.925	103.319.194	12.187.731

DESPESAS		DOTAÇÃO ORÇAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	SALDO A LIQUIDAR (R\$)
Presidência Social Básica						
Arrecadação de Recursos Previdenciários		126.217.124	126.217.124	120.021.149	120.021.149	15.265.975
Qualidade dos Serviços Previdenciários		41.297	41.297	61.538	61.538	18.237
Presidência Complementar		151.950	151.950	72.131	72.131	79.819
Gestão da Política de Previdência Social		14.927	14.927	3.466	3.466	11.461
Indicadores e Planos Especiais de Responsabilidade da União		149.831	149.831	47.721	47.721	102.110
Presidência de Insetos e Pradomatos de União		620.241	620.241	11.572	11.572	608.669
Portos (União, Estados e Municípios)		49.435.164	49.435.164	41.319.188	41.319.188	8.115.976
Gestão de Participação em Organismos Internacionais		173.324	173.324	134.799	134.799	38.525
Apoio Administrativo		379	379	0	0	379
Operações Especiais - Outros Recursos Especiais		2.345.724	2.345.724	1.961.124	1.961.124	384.600
Regime de Previdência das Servidoras Públicas de União, Estados e Municípios		100	100	0	0	100
Outros Recursos Especiais		18.255	18.255	15.491	15.491	2.764
TOTAL		2.329	2.329	1.111	1.111	1.218
MONTE SIGLA - STMOCONTINGENC		126.217.124	126.217.124	120.021.149	120.021.149	15.265.975

FONTE SLAM - STN/CONTAGE INC

¹ O índice de vinculação, dessa pesquisa à Previdência Social é de 0,2668886.

SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
 DEPARTAMENTO DE CONTROL ECONÓMICO

PORTARIA Nº 521, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2005

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superior Intendente da Superintendência de Controle de Endógenos, no âmbito da Portaria nº 243, de 11 de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 73 da Decretal Lei nº 13, de 21 de novembro de 1956, e no âmbito das operações SUSPEP - S.A. 1514100072/2005.14, 1514100072/2005.23 e 1514100161/2005.26, resolve:

Art. 1º - Cancelar, na integralidade, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da BRADESCO S.A. - CENF nº 131055/JAN/04, com sede social em São Paulo, SP, Rua de Marquês, 84, que, por meio da Resolução nº 131055/JAN/04, aprovou a emissão de dívida, em modalidade de crédito, em 30 de março de 2005 e nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 21 de setembro de 2004 e 10 de março de 2005, aprovando, em especial:

a) - A conversão em subordinação integral do BANCO BRADESCO S.A.;

II - A transferência de bens sociais para o Estado de São Paulo - SP.

III - A redução do capital social de R\$ 125.000.000,00 (doiscentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quatro reais, quinhentos e quatro centavos) para R\$ 125.000.000,00 (doiscentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quatro reais, quinhentos e quatro centavos), dividido em 627.500 (seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais, quinhentos e quatro centavos), ações ordinárias, nominativas anônimas, seu valor nominal é:

IV - A reforma e a consolidação do Estatuto Social.

Art. 2.ª Esta Portaria entra em vigor no dia de sua publicação.

LEO MARANHÃO DE MELO

PORTARIA N° 524, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005

O CHEFE DO SETOR DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência da Seguros Privadas, por meio do Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos autos do Processo SUSEP nº 15414.004741/2000-15 e 15414.000360/2003-30, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas em Assembleia Geral Ordinária da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. em 31.590.895/0001-37, com sede social no Estado do Rio de Janeiro, sob o nome de Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 14 de novembro de 2004 e 29 de dezembro de 2004, aprovaram, em especial:

I - A conversão da BRADESCO SAÚDE S.A. em sua própria subsidiária integral;

12 - O aumento do capital social de R\$ 651.751.520,00 (seiscentos e cinquenta e um mil e setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e vinte reais e noventa centavos) para R\$ 983.752.000,00 (novecentos e oitenta e três mil e setecentos e dois mil reais e noventa e nove centavos e nove milésimos) em 1974 (ano de criação do sistema) e duas mil quatrocentos e sessenta e sete ordens, nominalmente escritas; seu valor nominal é de R\$ 1.000,00 (uma mil e nenhuma centavos).

LEO MARANHÃO DE MELLO

Revendedores autorizados dos Diários Oficiais no Distrito Federal

...SISTEMAS DE INVESTIGACIONES NEXI...

Unidade (Imprensa Nacional) = \$10 - 05 - 06 - Total 800

h. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 841. 842. 843. 844. 845. 8

Elizaveta Sidorovna de Eustach Bogodavitsa, Boxes 3 a 19

— 200 —

ESTUARINE MEDIA

PER BANCA DE JOURNALISMOS

Quilera Comercial 316 Norte, Bloomington, IL 61820

100-443887-100

CULTURA — BANCADA DE JORNAL E REVISTA

Tribunal de Justiça do Distrito
Federal de Brasília

Ycelle de Bichard

INSTITUTO NACIONAL DE REGISTRO E TITULACAO
 DE PROPRIEDADE IMOBILIAR
 DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TITULACAO
 Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
 876.1068.104/78
 NOME COMPLETO
 FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO.
 NASCIMENTO
 25.06.31
 ASSINATURA
 [Assinatura manuscrita]
 [Carimbo circular do Instituto Nacional de Registro e Titulação de Propriedade Imobiliária, Departamento de Registro e Titulação]

REGISTRO 2351463-92
NOME FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO
FILIA FAIMUNDA GOMES DE CARVALHO
SÃO MIGUEL-RN
25-06-1931
NATURALIDADE
DATA DE NASCIMENTO
CÓD. nº 1.811 Fls. 37 Liv. 11-B Car
Doc. Cartório de São Miguel-RN.

CARTÃO
 DE USO GRATUITO PARA O INTERIO DO CADASTRO DE PESSOAS E FAMILIAS
 PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA FISCAL, PRODUZIDA POR A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA
 DA RECEITA FEDERAL.

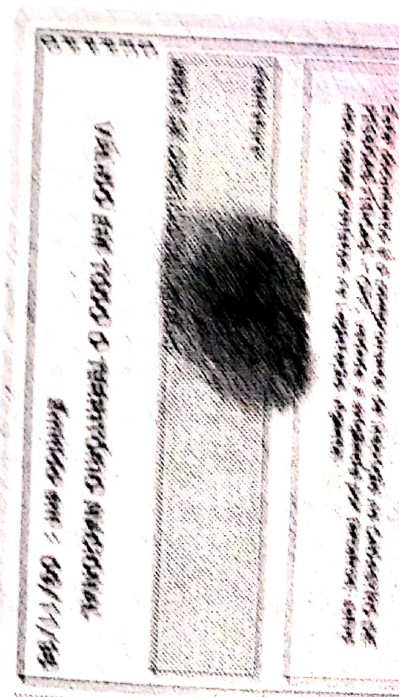
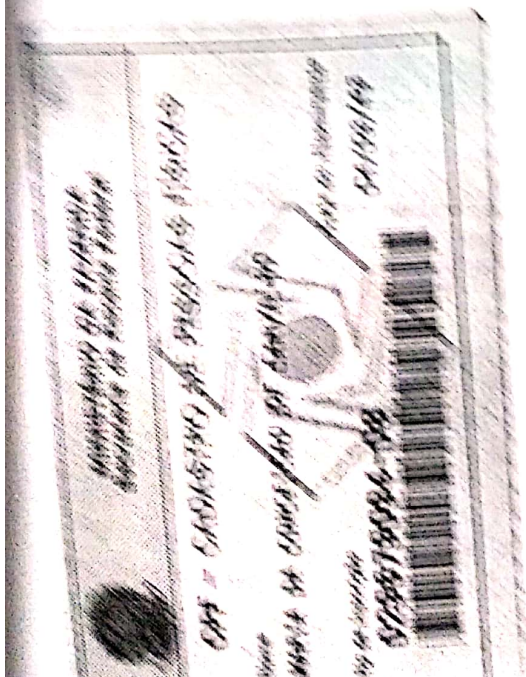
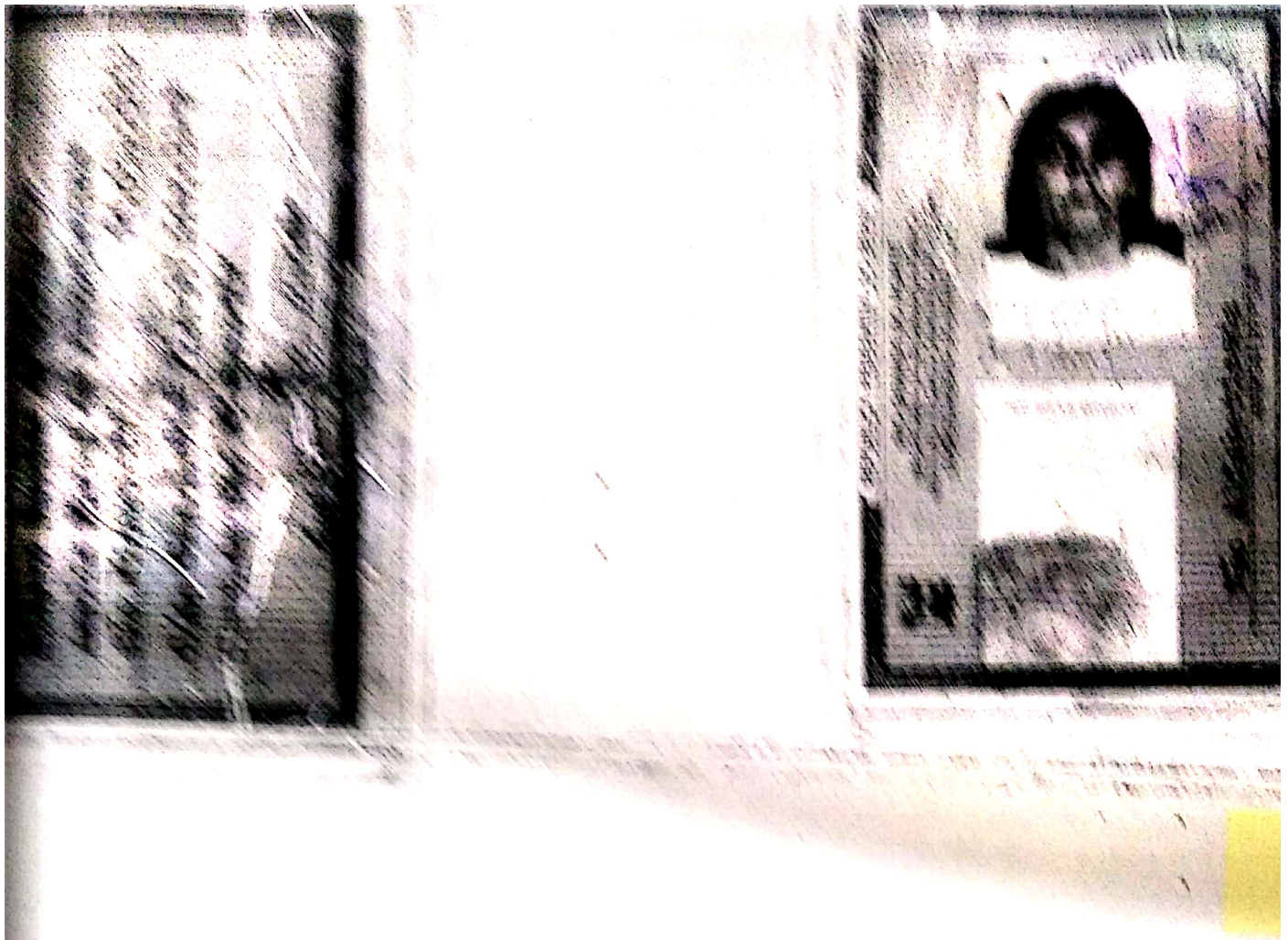
CARILHO DO AGENTE EMISSOR

001/1298 - 8 7
 27/05/92
 B.A.N.U. DO BRASIL
 São Miguel (RN)
 0420104-3

J. G. HAMILTON A. BEZERRA
 Gerente Geral - São Paulo 64981-4

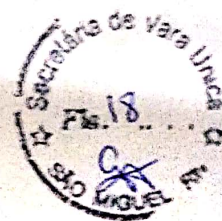
DE MATRÍCULA E ASSINATURA DO FISCAL, APOIADO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
 E INSCRIÇÃO POR INSTRUÇÃO NOMINATIVA DO SR.





Scanned by CamScanner





FRANCISCO C CARVALHO

SIT PAU BRANCO, 18

**ZONA RURAL - SAO MIGUEL
SAO MIGUEL-RN CEP-59920000**

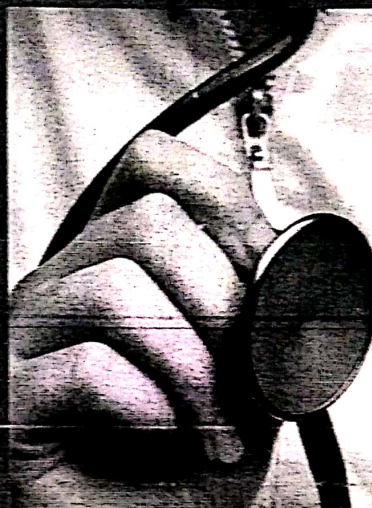
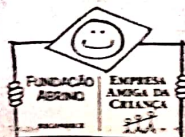
Nº do Contrato: 0411396010

Nº do Medidor: E383158

Rota: 11

Roteiro: 0005300

Propriedade: 0000400



A COSERN realizou, gratuitamente, troca de lâmpadas e de aparelhos de ar condicionado por modelos mais econômicos em cinco Hospitais Regionais do Estado e na Policlínica de Natal, em mais uma ação do Programa de Eficiência Energética.



Scanned by CamScanner



Em anexo





ASSU & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Wamberto Balbino Sales

Rua Doutor Luis Carlos, 275, Dom Elizeu

Assú – Rio Grande do Norte

Tel.: (84) 9.9991-1313

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SÃO MIGUEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE.**

-JUSTIÇA GRATUITA-

Processo:0000944-24.2007.8.20.0131

Exequente: Francisco das Chagas de Carvalho

Executada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

EXECUCAO DE SENTENÇA

Francisco das Chagas de Carvalho, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante Vossa Excelência, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, ajuizar a presente **EXECUÇÃO DA SENTENÇA**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

- DA SENTENÇA:

O exequente ajuizou uma **ação de cobrança de Seguro DPVAT por invalidez**, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, junto a este Douto Juízo, sendo a mesma julgada procedente, condenando a executada ao pagamento de R\$ 29.266,26 (Vinte e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos), devidamente corrigido desde a data do sinistro até o efetivo pagamento, aplicando juros de mora mensal (1% a.m) a partir da citação, além de honorários advocatícios, estes na base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.



Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 9.264,00
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condênatórias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	9/7/2013 a 4/10/2018
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	19/11/2008 a 4/10/2018
Honorários (%)	5 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	1913 dias	1,366350
Percentual correspondente	1913 dias	36,635034 %
Valor corrigido para 4/10/2018	(=)	R\$ 12.657,87
Juros(3606 dias-120,20000%)	(+)	R\$ 15.214,76
Sub Total	(=)	R\$ 27.872,63
Honorários (5%)	(+)	R\$ 1.393,63
Valor total	(=)	R\$ 29.266,26

Total da condenação	R\$ 29.266,26
Valor depositado a menor	R\$ 21.410,65
Saldo remanescente	R\$ 7.855,61

-DA ATUALIZAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 7.855,61
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condênatórias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	4/10/2018 a 1/6/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	4/10/2018 a 23/7/2019
Honorários (%)	0

Dados calculados		
Fator de correção do período	240 dias	1,028358
Percentual correspondente	240 dias	2,835846 %
Valor corrigido para 1/6/2019	(=)	R\$ 8.078,38
Juros(292 dias-9,73333%)	(+)	R\$ 786,30



Sub Total	(=)	R\$ 8.864,68
Valor total	(=)	R\$ 8.864,68

- DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA:

O Art. 520, do CPC, determina o seguinte:

“ . O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime:

(...)-

§ 2º A multa e os honorários a que se refere o § 1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa.

§ 3º Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.”

- DO ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS NA FASE EXECUTÓRIA

Deve ser observado que a parte executada teve sua oportunidade de depositar os valores determinados na sentença, ou, impugnar, mas ficou-se inerte, data vênua, devendo ser arbitrados os honorários na fase executória.

O fato é que, visando corrigir esse grave equívoco legislativo e interpretativo, o NCPC enfatizou em dois dispositivos a necessidade de fixação de honorários de forma isonômica para as demandas, independentemente de sua natureza ou resultado:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado vencedor.

(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I – o grau de zelo do profissional;



II – o lugar de prestação do serviço;

III – a natureza e a importância da causa;

IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

§ 6º Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

Execução provisória – O art. 520, §2º do CPC/15 sepulta o entendimento do STJ, à luz do CPC/73 de descabimento de honorários sucumbenciais em execução provisória (REsp 1291736/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 20/11/2013)

No âmbito do cumprimento de sentença, além dos honorários fixados no processo de conhecimento, o parágrafo 1º do artigo 523, quando não houver o pagamento voluntário pelo devedor no prazo de 15 dias, pré-fixa expressamente o montante de 10% de multa, acrescido de mais 10% de honorários de advogado.

Tal disposição aplica-se igualmente no procedimento do cumprimento provisório de sentença (artigos 520, parágrafo 2º, e 527).

Diante de todos os argumentos antes citados, pode-se asseverar a obrigatoriedade de fixação de honorários advocatícios nesta fase satisfativa do direito tutelado judicialmente.

- DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer V. Exa., seja intimada a executada para cumprir o dispositivo condenatório, efetuando o pagamento da dívida no valor de **R\$ 8.864,68** (*Oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos*), no prazo legal, ou, nomear bens a penhora, requerendo ainda o seguinte:

1. O cumprimento da sentença na forma do Artigo 523 do Código de Processo Civil;

2. A intimação das Executadas, por meio de seus advogados constituídos nos autos (art. 513, §2º, I, do Código de Processo Civil), para que paguem, no prazo de 15



(quinze) dias, o valor devidamente corrigido de **R\$ 8.864,68** , requerendo ainda o seguinte;

3. Seja intimada a devedora para pagar os valores no prazo, não ocorrendo seja efetuado a penhora;

4. Em não ocorrendo o pagamento voluntário, no prazo de 15 dias, requer-se, desde já, acréscimo de multa de 10% e, também, honorários de sucumbência de 10% a 20%, na forma do art. 523, §1º, CPC, bem como, que seja realizada penhora online nas contas bancárias em nome da Executada, para satisfação total do crédito (art. 523, §3º, CPC).

5. Por derradeiro, requer os benefícios da Justiça Gratuita, pelo exequente ser pobre na forma da Lei;

Dá-se ao valor da causa, a quantia de **R\$ 8.864,68**.

Nestes Termos.

Pede e Espera Deferimento.

São Miguel– RN, aos 23 de julho de 2019.

Bela. Kelly Maria Medeiros do Nascimento
-OAB/RN 7.469-



Em anexo.



Excelentíssimo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito do VARA CÍVEL da Comarca de SÃO MIGUEL- RN.

- PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

- SÚMULA 257 DO STJ:

“– A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização “

-PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG Nº. 2.351.463-92 SSP-RN e CPF Nº.876.068.104-78, residente e domiciliado no Sítio Pau Branco, Nº. 18, nesta cidade de São Miguel – RN, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo ser intimado na Rua Delmiro Gouveia, nº 97, São José, nesta cidade de Campina Grande/PB, vem perante V.Exa., ajuizar a presente

ACÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS
(RECEBIMENTO SEGURO DPVAT)

Em face da BRADESCO SEGURADORA SA, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Barão de Itaparica n. 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, Cep- 20.969.9000, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO,

Diante da situação em que se encontra a promovente, requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição



inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

-EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O autor era pai do extinto, JOSÉ JACOB DE CARVALHO vítima de acidente automobilístico, fato ocorrido no dia **28 de outubro de 1991**.

No Boletim de ocorrência de Nº 028/2007, consta que a vítima conduzia uma motocicleta, na RN – 177, que liga a cidade de Coronel João Pessoa a São Miguel, quando ao bater em uma pedra que havia na via, perdeu o controle do veículo, vindo a cair no chão, que em decorrência do acidente a vítima faleceu no local do sinistro. sendo que, informa a promovente que não tem meios de anexar aos autos, cópia do DUT, do veículo causador do sinistro.

Na CERTIDÃO DE ÓBITO, Nº. 0242, livro: Nº C - 019. , folhas: 0586, lemos:

*“... JOSÉ JACOB DE CARVALHO, residente no Sítio Pau Branco, Nº. 18, nesta cidade de São Miguel - RN com 26 anos, falecido aos vinte e oito de outubro de mi, noventa e um (28/10/1991), às 02 horas... do sexo masculino, agricultor solteiro ... filho de ***** FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO e de MARIA DE FREITAS CARVALHO...”*

...deu como causa morte: ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Grifamos. Documento acostado aos autos.

O Autor requereu junto a seguradora, por via administrativa, o seguro DPVAT , sendo que até a presente data, a mesma, continua inerte.

Importante frisar o que orienta a SÚMULA 229 DO STJ:

“ O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO TENHA CIÊNCIA DA DECISÃO.#

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74,

art. 5º, preceitua que:

Scanned by CamScanner



"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Grifo nosso

O art. 7º da Lei n. 8.441/92, determina que o pagamento do DPVAT, poderá ser efetuado junto a **quaisquer** uma, das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras coordenadas pela FENASEG.

Acontece que as seguradoras que exploram o ramo DPVAT, em nosso país, obedecendo Circular n. 050/2000, não liquidam o seguro obrigatório, via administrativa, quando a parte beneficiária, não apresentar o DUT, referente ao exercício do acidente devidamente quitado.

Torna-se oportuno ressaltar, ao contrário do determinado pela Circular infracitada, a Lei n. 6.194/94, determina o pagamento do DPVAT, bastando apenas á **ocorrência do acidente**, abolindo até mesmo qualquer franquia por parte do segurador.

Na verdade, o seguro DPVAT, perdeu o seu cunho social assistencial, para os interesses ambiciosos, macro financeiro das grandes empresas, com respaldo de resoluções, circulares e normas administrativas editadas em proveito próprio, ferem a lei em detrimento de seus interesses.

O art. 7º da Lei Nº 8.441/92, determina que logo após a entrega dos documentos a seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para liquidar o seguro, bem como, o seguro poderá ser requerido junto a quaisquer das seguradoras que façam parte das conveniadas, convencidas de que não tem mais a quem procurar, pois na via administrativa não logrou êxito, a parte autora busca a via jurisdicional.

-DO DANO MATERIAL:

Para dissipar quaisquer dúvidas quanto a incidência de juros e da correção monetária, o Superior Tribunal de Justiça, através da à Súmula 54, assim tem decidido:

"Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extra contratual".

Como se infere na Súmula, os juros, bem como a incidência da correção devem fluir a partir do evento danoso, visto que, não existe qualquer tipo de contrato entre a parte promovente e a Seguradora Ré.

"APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – VALOR DA INDENIZAÇÃO – CORREÇÃO MONETÁRIA- JUROS. A correção incide desde a data do evento- coetânea com a do prejuízo, e os juros deste a data do evento danoso por se tratar de responsabilidade legal e extracontratual. Precedentes desta Corte e Súmula n. 54 do STJ. Apelos parcialmente providos (TJRS – APC 70000631473- 1º C. Civ. Esp – Rel. Des. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano – J. 28/12/2000). " - grifamos

Scanned by CamScanner



-DO DIREITO:

Reza a presente Súmula 124 do TRF, ao afirmar que:

"Prescreve em 20 anos em Ação do Beneficiário, ou, do terceiro sub-rogado nos direitos destes, fundado no Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil".- grifamos

Também, é cediço e corriqueiro de que o valor do seguro DPVAT, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, deve ser pago na forma estabelecida na Lei nº 6.194/74, que fixa o pagamento, no CASO DE MORTE, o valor integral de 40 (quarenta) salários mínimos.

Assim dispõe o ART. 3º, alínea "a" da referida Lei:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte;" - grifamos

Ainda, preceitua o textualmente art. 5º da Lei n. 8.441/92 o seguinte:

"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

Insta ressaltar que a Lei 8.441/92, alterou apenas o § 1º, a, § 3º, §4º e § 5º da Lei 6.194/74. Mais uma vez, não alterou o caput do referente art. 5º.

A Súmula Nº 257 do STJ aduz que:

"257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".

No caso vertente, o Direito a percepção do seguro é devido, tomando como base o Art. 5º da Lei n. 6.194/74, sendo devido ao(a) Autor(a) a importância de 40 (quarenta) salários mínimos, como forma de indenização referente a morte do extinto.

Ora Douto Julgador, o Código Civil Brasileiro, em preceitua o seguinte:

"Art. 186 do CC – AQUELE QUE, POR AÇÃO OU OMISSÃO VOLUNTÁRIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPRUDÊNCIA VIOLAR DIREITO E CAUSAR DANO A

Scanned by CamScanner



Acontece Douto Julgador, com a edição das Leis 6.205/1978 e 6.423/1977, aquela estabelecendo a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária (arts. 1º e 2º) e esta última, determinando a variação nominal da Obrigação de Tesouro Nacional- OTN como base para correção monetária(art. 1º) passaram as seguradoras a advogar a derrogação do art. 3º da Lei n. 6.194/74, e ainda que a norma não teria sido recepcionada pela Constituição Federal de 1988, com objetivo de locupletar-se em detrimento dos menos favorecidos.

-DA JURISPRUDÊNCIA:

Neste sentido decidiu, recentemente a 4ª TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no Recurso Especial, 2002/0176396-7, datada no DJ 29/09/2003, que teve como MINISTRO RELATOR SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA:

16150495 – CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO SEM SEGURO – EVENTO ANTERIOR À LEI Nº 8.441/92 – IRRELEVÂNCIA – RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA – PRECEDENTES – RECURSO PROVIDO

Mesmo nos acidentes ocorridos anteriormente à modificação da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441/92, a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. (STJ – RESP 337083 – SP – 4ª T. – Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira – DJU 18.02.2002 – p. 00459)

O 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Campina Grande/PB, através do juiz RUY JANDER TEIXEIRA DA ROCHA, em processo de nº 001.2003.002.564-5 assim similar proferiu sentença, cuja EMENTA é:

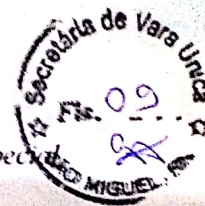
“AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – MORTE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS PROVAS EXIGIDAS POR LEI ESPECÍFICA – SUPRIMENTO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO VAZADA NA CERTIDÃO DE ÓBITO E DA CERTIDÃO DE MÉDICO LEGISTA – COMPROVAÇÃO – PROCEDÊNCIA”.

Nos casos de ação de cobrança referente à indenização decorrente de acidente de trânsito com vítima fatal, cuja autora é única herdeira desta, e apresenta Certidão de Óbito e Certidão Hospitalar formulada por médico legista, que coexistem indicando a mesma causa mortis, justo porque é impossível haver as provas exigidas pelo artigo 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, ainda mais por tal regra não ser absoluta, considera-se suprida esta carência pela oficialidade e idoneidade das provas apresentadas”. - grifamos

Em recente decisão, o Egrégio Colégio Recursal do Estado do Pernambuco, seguindo as demais decisões proferidas pelos nossos Tribunais Superiores, exauriu o seguinte Acórdão:

Scanned by CamScanner





Processo: 0462001000219-7

Recurso – Apelação Cível nº CV-201388- Juizado Especial
Cível Solânea-PB

Relator: Juiz Jose Guedes Cavalcanti Neto

Recorrente: Itai Seguros

Advogado: Bel. Manuel Cabral de Andrade Neto.

Recorrida: Maria Jose dos Santos.

Advogado: Dr. Wamberto Balbino Sales

**Ementa: “ACÃO DE COBRANCA DE DIFERENCA DE
INDENIZAÇÃO –DPVAT- SEGURO OBRIGATÓRIO DE
AUTOMÓVEL -PEDIDO FEITO COM BASE NO SALÁRIO
MÍNIMO- INCONSTITUCIONALIDADE –
INOCORRÊNCIA - QUITAÇÃO GENÉRICA -
INEXISTÊNCIA DE ÔBICE PARA COBRANCA DA
DIFERENCA - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE
MORA - INCIDÊNCIA A PARTIR DO SINISTRO E DA
MORA - PROCEDÊNCIA – IMPROVIMENTO DO
RECURSO”**

A Promovente está convicta que não tem mais a quem buscar, a Requerida demonstra de forma inequívoca que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT na forma administrativa e não encontrado outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio c/c no art. 3º, alínea “a” e 5º, ambos da Lei nº 6.194/74 e, requerer a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a Requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, equivalente hoje a RS 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), referente à indenização por morte - seguro (DPVAT) do extinto, ocasionado por acidente automobilístico, requerendo ainda o seguinte:

1 - Seja citado a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão. **Citação com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, através de AR- (Correios e Telégrafos);**

2 - Seja designada audiência de conciliação, instrução de julgamento;

3 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais e testemunhais que serão apresentadas independentemente de intimação;

4- Pelo fato do fato em tela tratar-se de matéria eminentemente de Direito, com fundamento no art. 330 do CPC, requer o julgamento antecipado da lide;

Scanned by CamScanner



5- Que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determina a Sumula 54 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;

6- Requer a devida atualização dos valores da condenação obedecendo ao art. 5º, 1º da Lei nº 6.194/74, onde reza que o *quantum* da indenização deverá ser correspondente ao valor de 40 (quarenta salários) vigentes na época da liquidação da sentença, onde a mesma se dá com o proferimento da sentença;

7- Requer ainda a parte autora que caso a parte demandada não pague o valor da condenação no prazo legal de 15 (quinze) dias, passe a incidir, sobre o quanto, a multa de 10% (dez por cento), como determina o art.475, J, do CPC.

Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art.2º da Lei nº 1060/50.

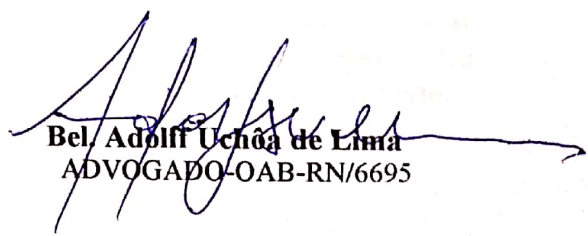
Dá-se a presente causa o valor de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais) para efeitos meramente fiscais.

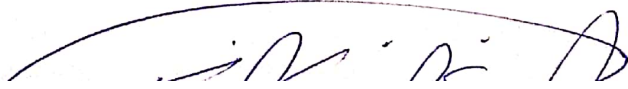
Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

São Miguel/RN, em 06 de Agosto de 2007.


Bel. Wamberto Balbino Sales.
ADVOGADO OAB-PB/6846


Bel. Adolfo Uchoa de Lima
ADVOGADO OAB-RN/6695



Scanned by CamScanner





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de São Miguel
Rua Miguel Peixoto de Souza, 28, Centro, SÃO MIGUEL - RN - CEP: 59920-000

Processo: 0800863-57.2019.8.20.5131

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO

EXECUTADO: BRADESCO SEGUROS S/A

DESPACHO

Na forma do artigo 513, §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do art. 523 do NCPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também de honorários de advogado de dez por cento.

Nos termos do art. 523, § 3º do NCPC, não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, poderá ser expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

Certificado o trânsito em julgado da sentença e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do NCPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do NCPC.

Na hipótese de não adimplemento conforme os dispositivos acima, conclua-se para apreciação do pedido de penhora on line.

P.I.Cumpra-se.



SÃO MIGUEL/RN, 11 de setembro de 2019

OSVALDO CÂNDIDO DE LIMA JÚNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Ciente do despacho retro.

